

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPEDU

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA/MS

FERNANDO HENRIQUE CASSIANO

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DE GESTORES/AS ESCOLARES POR UM
CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DO GÊNERO E DAS SEXUALIDADES EM
ESCOLAS DA CRE-10, LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

PARANAÍBA/MS

2023

C338r Cassiano, Fernando Henrique

A Responsabilidade ética de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da CRE-10, Leste de Mato Grosso do Sul / Fernando Henrique Cassiano – Paranaíba, MS: UEMS, 2023.
115p.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Universitária de Paranaíba, 2023.
Orientadora: Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann.

1. Gênero 2. Currículo 3. Gestor/a. I. Zimmermann, Tânia Regina. II. Título

CDD 23. |ed. - 375

Bibliotecária Susy dos Santos Pereira CRB1º1793

FERNANDO HENRIQUE CASSIANO

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DE GESTORES/AS ESCOLARES POR UM
CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DO GÊNERO E DAS SEXUALIDADES EM
ESCOLAS DA CRE-10, LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann.

**PARANAÍBA/MS
2023**

FERNANDO HENRIQUE CASSIANO

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DE GESTORES/AS ESCOLARES POR UM
CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DO GÊNERO E DAS SEXUALIDADES EM
ESCOLAS DA CRE-10, LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 01/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientadora

Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Participação por videoconferência

Profa. Dra. Ione Oliveira Jatobá Leal
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Participação por videoconferência

RESUMO

Este trabalho pretendeu analisar a responsabilidade ética do/da gestor/a educacional na construção curricular nos municípios de Aparecida do Taboado, Inocência, Chapadão do Sul e Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul, na rede Estadual de Ensino, sob uma perspectiva de gênero e diversidade sexual, utilizando uma abordagem interdisciplinar com recursos teóricos e com uma pesquisa colaborativa, pois a pesquisa pode continuar em estudos futuros e com outros pesquisadores. A pesquisa contou com um enfoque documental (normativas estaduais) e revisão bibliográfica que se baseou em vários autores/as, além de documentos e normas governamentais. Utilizamos três etapas, nesse processo de abordagem qualitativa, sendo: 1- a pré-análise: delimitação do assunto a ser estudado, bem como a organização e também visualização do material ao qual tivemos acesso, com fontes oficiais e não-oficiais; 2- a exploração dos dados obtidos, bem como análise e registro das observações que tivemos durante o percurso, levando em consideração não somente condições estruturantes, como subjetivas e intersubjetivas; 3- a interpretação de dados baseada na fundamentação teórica escolhida. Essa última etapa consistiu numa forma de sistematizar o material para ações futuras. É evidente que existe resistência por grande parte de setores reacionários e tradicionais sobre a questão de diversidade de gênero e orientação sexual no contexto escolar e curricular, os quais, frequentemente, sofre distorções e desagregações históricas e conceituais, criando tensões e desinformações que alimentam preconceitos, estereótipos e discriminações. Portanto, é urgente desconstruir padrões pré-estabelecidos, desmitificar ideias consolidadas para que as pessoas possam compreender e abrir um olhar diferenciado, tendo uma nova perspectiva do assunto. Como hipótese nota-se que o posicionamento do/da gestor/a, nesse contexto, pode contribuir para a construção de um currículo que atenda às necessidades de se trabalhar a questão do gênero/diversidade sexual na sua complexidade, atenuando resistências e óbices. Afinal, a humanidade de cada um deve importar e ser considerada, nunca anulada por paradigmas construídos para segregar ou invisibilizar; nada do que existe socialmente é absoluto, nem mesmo o gênero, estamos em constante construção e desconstrução, todos nós, toda sociedade.

Palavras-chave: Currículo, Gênero, Gestor/a

ABSTRACT

This project intends to analyze the ethical responsibility from the educational manager from the curricular building in the counties of Aparecido do Taboado, Inocência, Chapadão do Sul and Cassilândia, in Mato Grosso do Sul state, in State Education net, under a perspective of gender and sexual diversity, using an interdisciplinary approach with theoretical resources and a cooperative research, thus this project can continue with future studies by other researchers. The research reckons a documental focus (state regulations) and the bibliographic review that is based in many authors beyond the government documents and regulations. We used three steps, in this qualitative approach process, being: First - Analysis 1 delimitation of the subject to study, thus as the organization and also view of the material in which we had access to, with official and non-official sources; 2 - the exploration about the captured data, like the analyses and the register of the observations that were obtained during the development, taking as considerations the structures, subjectives and intersubjectives; 3 - the interpretation from the data based in the chosen theoretical building. It's visible that a resistance exists by a great part from the traditional and reactionary sectors about the subject of gender diversity and sexual orientation in the school environment and even curricular sector, consequently suffering from distortion, leaving a huge tension and uninformed for those who feed prejudices, stereotypes and discriminations. So, it's urgent to rebuild the standards already implemented to recreate new ideals consolidated for people to understand and open a new sight and perspective for this positioning about the content. As an hypothesis, it's visible that the manager positioning, by this subject, can contribute to the building of the curriculum that supplies all the necessities of working the gender diversity context, and the whole complexity about it, pointing out the resistance. Then, the humanity of each must care about among ourselves and be considered, never banned for paradigms meant to segregate, nothing that already exists is absolutely social, even the genders, we are in a constant construction and reconstruction, above all; above the society.

Key words: Curriculum, gender, manager

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A GESTÃO ESCOLAR E SUA IMPORTÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	16
1.1 ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO.....	22
2 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA SOCIEDADE	28
2.1 O PATRIARCADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE	28
2.2 COMO A SEXUALIDADE FOI CONSTRUÍDA	36
2.3 A NECESSIDADE DE CONVERSAR SOBRE GÊNERO	38
2.4 A PLURALIDADE DO GÊNERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL	44
3 METODOLOGIA.....	49
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO	86

INTRODUÇÃO

Ao longo do meu desenvolvimento humano e como pesquisador sempre ouvi dizeres do senso comum tais como: “as coisas sempre foram assim”, “isso é coisa de homem”, “isso é coisa de mulher”, “você não pode ser desse jeito, tem que ser igual todo mundo”! Frases que repercutem até hoje em nossa sociedade e em mim. No meu interior, sem compreender muita coisa, ainda criança eu pensava: por que eu não posso ser como sou? Por que as coisas não podem mudar? Se sempre foram de uma forma, por que não podem ser diferentes? Por que todo mundo tem que ser igual?

Esses questionamentos passaram a ser mais insistentes na minha adolescência, sem fazer muito sentido, pois eu entendia que todos os meus colegas tinham mais ou menos a mesma informação que eu. No entanto, eu percebia que não me enquadrava num modelo padrão e que várias pessoas também não. Seja por motivos religiosos, raciais, culturais, sexuais, sociais, eles também não se enquadravam, começavam então os questionamentos. Quando não se tem muito conhecimento (em todos os sentidos) de si mesmo, da sociedade, da relação de poder atrás de um discurso, você não consegue enxergar com clareza. Você sabe que tem algo que precisa ser trabalhado, mas não sabe muito bem o que é, isso torna-se confuso dentro da pessoa e causa sofrimento. O sofrimento revela que ou você se anula e frustrado tenta ser como a maioria, ou você enfrenta e suporta as consequências de ser como você é.

Nesse dilema, enquanto pesquisador num primeiro momento me permiti ser como a maioria. Não consegui, era difícil não ser eu, ser alguém que esperavam que eu fosse. Até que vi que não poderia aceitar me anular, então só restou uma alternativa: enfrentar. O que não foi fácil. Enquanto a pessoa se esconde atrás de uma máscara, o comportamento dela é aceitável perante a sociedade, porém quando se decide não mais “fazer de conta”, essa sociedade mostra todo o preconceito e intolerância que ela tem. Porém uma vez que se coloca a mão no arado não se olha para trás, e assim, enfrentando eu fui adiante.

Por ter vivenciado preconceitos em relação a minha sexualidade, sempre vi na educação, a única forma de mudar a visão sobre o assunto. Por isso, o meu engajamento em pesquisar sobre gênero e sexualidade no currículo a partir de competências da gestão escolar para movimentar esse debate. A sexualidade sempre foi um tema polêmico nas diferentes sociedades, por ser intrínseco à própria natureza da existência e perpetuação da espécie, no entanto, a compreensão, a forma e os paradigmas sobre a sexualidade transformam-se de acordo com as necessidades e interesses histórica e culturalmente postos.

O comportamento atual em relação a sexualidade e gênero tem base no contexto das sociedades antigas, o patriarcado e toda delimitação da sexualidade normativa que repercutiu ao longo do tempo. Os papéis sociais de gênero foram então definidos pela lógica biológica-genital, de um lado as funções dos homens e do outro as das mulheres, cada qual com suas prerrogativas, características e comportamentos pré-determinados e naturalizados. As relações de poder logicamente definiram práticas aos homens como o controle e autoridade na hierarquia político-social.

Nessa estrutura, a sociedade permaneceu diversos séculos, ainda que fosse necessário empreender uma verdadeira cruzada a tudo aquilo estranho aos dois espectros (homem/mulher). Apesar da rigidez sexual imposta, a diversidade sexual e de gênero que as pessoas apresentavam em suas vidas sempre estivera a incomodar o *status quo*. Em razão disso, essas pessoas foram consideradas anormais, antinaturais, portanto, passíveis do emprego de práticas de eliminação e perseguição, vítimas de barbáries inomináveis, já bastante documentada pelos anais históricos.

A sociedade ocidental atravessou no último século várias revoluções culturais e comportamentais, sobretudo no pós-guerra. Desta forma, as estruturas sociais do patriarcado começaram a ser questionadas. No século XX, surgiram diversos grupos sociais que lutavam e ainda lutam por visibilidade e direitos básicos, negados aos que são denominados de “diferentes” ou “desajustados” por não se enquadrarem nos sistemas padrões heteronormativos.

Ao iniciar o século XXI muitos pensariam que as questões do patriarcado e a visão dicotômica da sexualidade já estariam resolvidas. Porém, estas estruturas conservadoras resistem e reagem. Em certos casos, parecemos retroceder sobre o tema.

Por todo esse contexto social e pessoal, do qual estou inserido, nasceu em mim a necessidade de buscar conhecimento para compreender aspectos referentes ao gênero e à sexualidade, tendo como disparador desses conceitos a ideia de diversidade. Então pensei: de que forma a gestão escolar pode contribuir para que o ambiente escolar seja um local que trabalhe as questões de gênero e sexualidade? Tentar propor um estudo que dialogasse com a posição exercida por mim hoje, na supervisão do trabalho pedagógico de gestores/as com defesas sociopolíticas de uma educação em gênero e sexualidade nas escolas. Compreender em que aspectos, a escola pode ser uma local que apoia diferenças de gênero e de sexualidade. O caminho foi longo e um pouco tortuoso, visto que o tema é de interesse profissional e pessoal, já que em algum momento da vida, enquanto pesquisador não me via encaixado

naquilo que era esperado socialmente, ou seja, ser homossexual e aquilo me gerou angústia, tristeza e insegurança.

Ante de estudar o tema, primeiro busquei outras formações acadêmicas que não se relacionavam com a perspectiva de gênero e de sexualidade, porque aprendi que se tratava de temas de ordem íntima e não podiam ser ditas livremente.

Após o término do ensino médio, iniciei alguns cursos universitários de Licenciatura como Letras e Matemática e o bacharelado em Administração, mas por falta de identificação acabei abandonando todos eles. Posteriormente, em 2004, ingressei no curso de Educação Física que tive total identificação, formando-me em 2008. Após isso, comecei a lecionar nas escolas estaduais do estado de São Paulo, fiz pós-graduação em Arte Escolar – dança, teatro e música e pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mais tarde cursei Pedagogia pelas Faculdades Urubupungá de Pereira Barreto-SP, já morando em Paranaíba/MS, onde percebi ausência na grade curricular de qualquer disciplina direta ou indiretamente relacionado ao tema, diversidade sexual, gênero.

O interesse sobre o tema da diversidade de gênero e de sexualidade nas escolas surgiu por questões pessoais, políticas e profissionais. Pela experiência pessoal, que enfrentei todos os dilemas que envolvem a homossexualidade na sociedade brasileira, sobretudo em uma família com viés mais conservador. Após anos de conflitos interpessoais e intrafamiliares, houve, enfim, a resolução destes dilemas. Mas nasceu aí um interesse sobre o tema, perguntava-me o que poderia fazer para ajudar pessoas a superar esse momento difícil e por vezes solitário, o famigerado momento de “assumir” a sexualidade, na busca enfim, do autoconhecimento, de lidar com preconceitos no interior das famílias e da comunidade e de fortalecer pessoas que como eu, não tiveram tanto apoio durante este momento.

Por acreditar que isso é possível na escola, a oportunidade de observar os/as alunos/as em sala de aula, a constituição e a interação de pequenos grupos no âmbito escolar, despertou o interesse em conciliar os aspectos pessoais com os profissionais do tema. Surgem questões, como: qual o tratamento dado pela escola aos/às/es alunos/as/es que apresentam gênero e sexualidades diferentes dos padrões estabelecidos? Mais especificamente, como o/a/e gestor/a/e escolar lida com as questões de diversidade sexual e de gênero nas escolas? E qual a responsabilidade da gestão escolar (ou não) por um currículo que trata sobre esses temas nas diferentes áreas do saber?

Estas questões ficaram mais acentuadas quando fui nomeado para a função de Coordenador Regional Adjunto de Educação junto à Regional, a CRE-10 do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Então tive que começar a lidar diretamente com os/as/es Gestores/as/es

escolares para orientações, supervisão, coordenação do trabalho que desenvolvem em suas escolas. Essas escolas encontram-se nos municípios de Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Paraíso das Águas. Ao me deparar com a realidade das escolas supervisionadas, percebi que o tema da diversidade de gênero e de sexualidade se fazia presente nos corpos e nas relações sociais entre os/as/es alunos/as/es, mas que no âmbito das práticas pedagógicas e escolares o assunto não era tratado.

Observei a invisibilização de tais assuntos nas práticas pedagógicas e curriculares por meio de um silêncio, o que poderia ser um problema posto que professores/as que ocupam os cargos de gestão poderiam contribuir para a reprodução conservadora de uma lógica normativa e excludente, especialmente diante da permissão que tem ocorrido no âmbito da atual conjuntura de nosso país.

Neste sentido, a escola é considerada um espaço de construção social intimamente ligada com as relações sociais e com as relações de poder construídas socialmente. Precisamos identificar as relações de poder envolvidas no desenvolvimento cultural, social e histórico do que é definido na questão do gênero e diversidade para entendermos que existem variadas formas de gênero, variados comportamentos, variadas formas de ser. Segundo Joan Scott (1995) não é possível viver somente num mundo binário feminino x masculino, é importante considerar a pluralidade de expressões do gênero e das sexualidades que não são fixadas tampouco genitalizadas.

Porém, ainda faltam ações mais eficazes por parte dos órgãos governamentais. Como exemplos, podemos citar a retirada deste tema, sobre questões de gêneros, dos principais documentos que norteiam as práticas educativas na educação básica, como aconteceu com o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mas nem por isso, devermos deixar de buscar informações e debater com conhecimento a esse respeito no ambiente escolar, porque enquanto professores/as temos autonomia para decidir sobre os conceitos que pretendemos trabalhar em nossas aulas.

Antes de tudo, é preciso entender as diferenças existentes entre alguns conceitos, como: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, dentre outros. É comum ouvirmos comentários como: “só existem dois sexos” ou “não gostar do sexo oposto é um distúrbio”, e acabamos inertes com certos argumentos preconceituosos, pois ficamos presos a certos paradigmas que até a ciência comungou por muito tempo no passado. Mas isso avançou, e podemos desmistificar tais informações, muitas vezes errôneas.

A finalidade deste pesquisador é abordar o tema sobre diversidade sexual e gênero, bem como a gestão escolar pode colaborar para construir um caminho no sentido de orientar os estudantes nessa perspectiva.

Falar sobre gênero e sexualidade em nossa sociedade é como um “tabu”, uma grande parte das pessoas reproduzem falas que não são suas, mas que de alguma forma fazem sentido para elas, porque aprenderam daquela forma e não estão interessadas ou não querem aprender. As pessoas estão reproduzindo um discurso que não é delas, mas que acreditam ser verdadeiro. Como educadores, sabemos que nenhum discurso é neutro, existe a intenção de repassar e que seja verdade para quem o reproduz.

As crianças, adolescentes e adultos chegam na escola cheio de informações que foram passadas por outras pessoas, dentre essas pessoas as próprias famílias. Isso acontece com todos, sem exceção, e alguns vão questionar quando elas/es não se encaixam no padrão estabelecido por esse discurso. Depois da família, a escola é o ambiente social onde elas/as vão interagir, aprender, ter opiniões e conviver com pessoas diferentes. É esse ambiente de interação social e formação que pode se tornar um pesadelo para alguns/as, por isso a importância de olhares atentos.

É nesse ambiente de interação e formação que temos uma pessoa muito importante para direcionar o trabalho da equipe escolar: o/a gestor/a. A gestão tem uma responsabilidade ética para acompanhar a realização do trabalho escolar e viabilizar da melhor forma para que esse trabalho ocorra. As decisões tomadas pela gestão pode viabilizar ou inviabilizar ações que promovam integração, diálogo, convivência, desta forma, a gestão constitui uma relação importante para que assuntos como gênero e diversidade além de informar, possa desconstruir preconceitos e promover uma relação de respeito e interação entre alunos, equipe escolar e comunidade. Assim o trabalho do/a gestor/a é muito importante, um elo.

Com isso, esse trabalho surgiu da necessidade pessoal do pesquisador, não só como base de estudo, mas como ser social inserido numa sociedade marcada por preconceitos e tabus na questão do gênero e sexualidade. O relato do estudo está organizado em quatro partes, além da introdução e considerações finais: Capítulo I – O espaço escolar e a gestão escolar; Capítulo II – Gênero e diversidade sexual; Capítulo III – Metodologia; Capítulo IV – Resultados e Discussões.

No capítulo I é apresentado a importância da função do gestor no ambiente escolar e como ele pode intervir e apontar direcionamentos nos problemas do dia a dia escolar. Através da gestão que precisa ser democrática, articular o diálogo entre a equipe escolar,

compreendida por professores e funcionários, e entre a comunidade escolar, compreendida por alunos, pais, responsáveis, familiares.

No capítulo II é apresentado como ao longo dos anos foi estabelecido o conceito de gênero, aceito como normal o gênero masculino e feminino, bem como todas as outras formas de ser acabaram depreciadas e mal vistas pela sociedade. Percebe-se que muito desse comportamento é reproduzido pelo discurso dominante que permeia a vida das pessoas.

No capítulo III é apresentada a metodologia aplicada nesse estudo, seguido do capítulo IV que apresenta o resultado dessa pesquisa e as conclusões.

1 A GESTÃO ESCOLAR E SUA IMPORTÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Vivemos numa sociedade com muitas expressões diferentes de agenciamentos, ou seja, não existe uma forma somente de comunicação, de valor, de etnia, de religião, de tradição, mas temos várias expressões ao mesmo tempo. A sociedade é plural e sempre foi, no entanto, existiu e existe uma maneira de um determinado grupo, em função de seu domínio, impor um modo único e predominante na sociedade.

A escola como instituição social por muito tempo reproduziu e legitimou os padrões dominantes, como padrões de comportamento feminino e masculino, atribuindo ao homem profissões da esfera pública e a mulher a esfera particular, liberdade sexual para o homem e não para a mulher, papéis construídos por longos séculos e que começam a ser questionados a pouco tempo. Como espaço de propiciar a construção do conhecimento, ela também constitui um espaço em que relações são estabelecidas entre diferentes pessoas, seja professor/a, gestor/a, funcionários/as, colegas, onde o/a aluno/a será o produto deste saber. Conforme Guacira Louro (1997) em sua obra *Gênero e Sexualidade na educação: as perspectivas pós-estruturalistas*: “Ela (a escola) dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização”. Ao longo dos anos, a escola separou adultos e crianças, ricos e pobres, católicos e protestantes, meninos e meninas.

Para Louro (1997, p. 57) a escola:

Concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, garantir – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos.

Nessa perspectiva, para Louro (1997), precisamos indagar não somente como se produzem tais diferenças na escola, como também os efeitos exercem sobre os sujeitos. Pois, a escola serve-se de símbolos e espaços, delimita o que pode e o que não pode, além de separar e instituir. Mesmo com novas práticas educativas, a “escola continua imprimindo sua marca distintiva sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se corpos e mentes.” (LOURO, 1997, p. 62)

Dentro dessa concepção da autora Louro (1997), a escola como espaço social não somente transmite conhecimentos e nem somente os produz, como “fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade”, então a prática escolar historicamente é uma prática política. Observadas essas desigualdades, não podemos nos omitir, nem somente

observar, mas interferir para modificar a realidade. A mudança da nossa realidade começa com as nossas atitudes sobretudo com o outro.

As atitudes das pessoas estão sempre voltadas ao outro, o relacionar-se com o outro é importante para nós, assim estamos sempre buscando uma forma de viver que contemple a todos, ou o maior número de pessoas. O ser humano tem sua dignidade humana, cada um de nós a tem, lutamos e buscamos estender isso ao maior número de pessoas, uma vida boa e digna para todos, independente das diferenças que possam existir entre nós. Refletir sobre o homem e suas ações diante da sociedade é o que chamamos de ética. A ética sempre foi uma preocupação da filosofia grega antiga, Sócrates, Platão e Aristóteles sempre abordaram a ética em seus discursos.

A escola é um espaço social, dentre tantos outros espaços sociais, porém é um espaço de formação de pessoas, dessa forma nossa preocupação deve ser de levar os/as alunos/as a reflexão através das ações, por exemplo, se faço algo que é bom para mim, esse bem deve ser estendido aos demais, em contrapartida, o mal que não quero a mim, também não devo desejar para os outros. Isso é um desafio diário, pois todos os dias buscamos benefícios para nossa vida, bem como a felicidade, ambos o bem e a felicidade só podem ser medidas em compromisso com o outro. No entanto, muitas vezes nos afastamos desse propósito de pensar numa vida melhor não só para mim, mas para o outro também.

Dessa forma, a gestão escolar e os/as professores/as precisam fazer essa reflexão da sua prática constantemente, isso de modo ativo em todos os espaços de convivência do ambiente escolar. Historicamente já presenciamos muitas injustiças, muitas barbáries no mundo, somente a educação nos oferece caminhos para superar conflitos e propiciar uma vida mais justa para todos. Assim, não é possível o/a professor/a ou o/a gestor/a escolar presenciar conflitos entre os estudantes e não procurar uma solução, muitas vezes será trabalhoso, mas um mundo melhor para todos vem da prática.

Precisamos compreender a importância da educação no cotidiano e no comportamento das pessoas e trazer a ética para fundamento de uma educação que inclua todos. Como apontado acima, a ética tem seus pressupostos no cuidado do outro, com sensibilidade, com acolhimento para que essa cultura de inclusão passe a fazer parte da nossa conduta, e seja uma forma de valorizar a vida. Enquanto as pessoas forem descartadas, desconsideradas, desvalorizadas não é possível se falar em humanidade. Sem acolhimento e sensibilidade ao outro, não existe uma promoção da vida. É esse olhar cuidadoso que os profissionais da área da educação devem olhar para os/as estudantes, porque não é somente garantir através da legislação que o outro tenha seu espaço garantido, é preciso ir além do que diz a legislação,

que todos tenham o cuidado com o outro para que assim haja uma qualidade de vida para todos de fato.

Temos na escola, uma figura muito importante dentro dela: a gestão escolar. Assim, a gestão escolar tem sua responsabilidade ética com a comunidade escolar, de forma a propiciar que todos os espaços da escola favoreçam o respeito mútuo. Cada um, seja professor/a, gestores/as, pais, alunos e toda comunidade escolar têm essa obrigação ética de respeitar o outro, bem como ter o cuidado com a diferença. O outro não precisa pensar, viver, nem ser como eu sou, mas eu tenho a obrigação de respeitá-lo. Um ambiente onde o respeito exista, favorecerá boas relações de convivência, além trocas de experiências saudáveis, reconhecimento e valorização das potencialidades.

Precisamos compreender que o/a gestor/a é uma pessoa, portanto sujeito a erros como qualquer pessoa. Por muito tempo a gestão escolar foi vista como administrativa apenas, a relevância no pedagógico ficava para segundo plano, no entanto, o foco passou a ser no pedagógico e administrativo. Se levarmos em consideração a formação do gestor, perceberemos que eles/as passam a ter conhecimento do que vão enfrentar na prática, são muitas atribuições, o que o/a leva a muita incompreensão por parte da equipe escolar, como no aponta Vítor Paro (2017, p. 19):

O que nós temos hoje é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor. Não é possível falar das estratégias para se transformar o sistema de autoridade no interior da escola, em direção a uma efetiva participação de seus diversos setores, sem levar em conta a dupla contradição que vive o diretor de escola hoje. Esse diretor, por um lado, é considerado a autoridade máxima no interior da escola, e isso, pretensamente, lhe daria um grande poder e autonomia; mas, por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola, em mero preposto do Estado.

O trabalho solitário se torna difícil, são caminhos que se deve trilhar e procurar o melhor a ser feito, isso pode levar algum tempo, porém é necessário reconhecer que o coletivo pode mudar muitas coisas, inclusive a realidade escolar. Existe a dificuldade em se fazer a lei ser cumprida, ter autonomia é difícil em qualquer questão, tanto para o/a gestor/a como para o/a aluno/a. Então ter claro os objetivos que se quer alcançar, juntamente com toda a equipe é a construção do caminho a ser trilhado. Trabalhar pelos alunos, transformar a sua realidade, dar condições de questionar e lutar por suas necessidades, isso é o que cabe à educação. Por mais dificuldades que se tenha, o/a gestor/a precisa acreditar no seu trabalho, no trabalho da equipe, nos alunos e na sociedade. Mudar faz parte, sabemos que a mudança não acontece como num passe de mágica, mudar é difícil, temos que ser persistentes.

Modificar exige sempre muita dedicação, ainda mais em se tratando de formação de pessoas. Assim, o trabalho coletivo exige grandes desafios e mudanças da gestão escolar. Emerson Santos (2018), em seu livro *LGBTFOBIA na educação e na atuação da gestão escolar*, afirma que

[...] a gestão escolar tem um papel central em todo o desenvolvimento do processo educativo das escolas. A forma de atuação da gestão escolar tanto pode colaborar para a perpetuação de violências, exclusões e marginalizações no interior das escolas, como também podem estimular uma reflexão sobre tais práticas violentas, fomentando assim, condições de surgimento de possibilidades para a construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. (SANTOS, p. 64)

Segundo Santos (2018, p. 41), em sua dissertação, a “gestão escolar tem adquirido cada vez mais espaço nas pesquisas educacionais no Brasil”, estudos iniciados em 1930 com o termo administração escolar, a partir de 1980 passa a usar o termo gestão escolar em detrimento do termo administração escolar: “[...] Para além de uma simples troca de termos, o surgimento do conceito de gestão escolar traz consigo novos elementos teóricos e uma nova compreensão dos sentidos, atribuições, formas de atuação e responsabilidade da gestão escolar.” (SANTOS, 2018, p. 41)

A escola no decorrer do tempo presenciou transformações sociais e políticas, assim a gestão escolar precisa estar atenta e aberta a essas transformações sociais, ela precisa também além de estar ciente das políticas públicas educacionais, estar ciente das suas obrigações. A gestão, conforme Santos (2018), precisa superar as desigualdades existentes não somente dentro da escola, como na sociedade. Para tal, precisa substituir “as práticas autoritárias e concentradas de poder, por um processo de democratização da escola e de suas estruturas”. (SANTOS, 2018, p. 57)

A gestão escolar tem a competência de “elaborar condições para o bom desempenho de toda comunidade escolar”, bem como “assegurar o bom atendimento de toda a população na escola” (SANTOS, 1999, p. 71) Assim, gestão escolar necessita exercer uma gestão democrática e participativa, para que todos os segmentos da escola sejam ouvidos e participem na construção de um ambiente democrático:

A gestão democrática e participativa também pode ser compreendida como um processo no qual são criadas condições não só das pessoas participarem, de forma regular e permanente, mas nas quais são criadas também as condições de intervenção, para que todos/as os/as interessados/as possam assumir responsabilidades na efetivação das mudanças necessárias na escola. (SANTOS, 2018, p. 73)

A gestão democrática é prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI: "**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **VI** - gestão democrática do ensino público, na forma da lei"

E posteriormente na LDB 9394/1996 (BRASIL, 1996, n. p.), também consta a gestão democrática em seu artigo 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Embora tenhamos tido alguns avanços como a universalização ao direito a educação para todos e dever do Estado assegurar esse direito, o que constitui um ponto muito importante alcançado em favor da população, ainda são necessárias várias ações para viabilizar uma gestão realmente democrática e uma educação com “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” como prevê a LDB 9394/1996.

Vejamos o que diz o documento da Conferência Nacional de Educação – CONAE (2010) sobre gestão democrática:

[...] a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação e as diversas formas e mecanismos de participação encontrados pelas comunidades local e escolar na elaboração de planos de desenvolvimento educacional e projetos político-pedagógicos, ao mesmo tempo em que objetiva contribuir para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social. (BRASIL, 2010, p. 110)

A gestão democrática e participativa constitui um ponto muito importante para a comunidade escolar e pode contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor onde todos se sintam incluídos e sujeitos na construção do conhecimento. Afinal, os espaços escolares cada vez mais marcados pela pluralidade e diversidade, necessitam de gestores/as que se preparem da melhor forma para lidar com as diferenças, para que as pessoas na sua diversidade se sintam importantes e valorizadas.

O trabalho realizado pela escola não é fácil e nem rápido. Trabalhar na construção de autonomia do cidadão, apontar direcionamentos, despertar a criticidade é algo que é construído dia após dia. Os debates sobre gênero e sexualidade no âmbito de comunidade escolar, são tímidos e geram muitas polêmicas e são baseados nas vivências das pessoas. O que nos faz indagar como estariam essas questões no âmbito acadêmico. Do ponto de vista

acadêmico, no Brasil, a sexualidade está sendo estudada e debatida pelas esferas governamentais, mas está longe de ser reconhecida. Segundo Louro (2001, p. 544):

No Brasil (de forma mais visível a partir de 1980), a temática passa a se constituir como questão acadêmica, na medida em que, em algumas universidades e grupos de pesquisa, vem a ser discutida, especialmente com apoio nas teorizações de Michel Foucault.

A escola é um espaço diverso e que necessita abarcar toda a diversidade existente entre as pessoas. Todos precisam se sentir participantes na construção do conhecimento e na construção de uma sociedade que seja a expressão do momento atual, rompendo com padrões rígidos que ainda prevalecem em nossos dias.

Não somos como robzinhos que repetem mecanicamente uma forma de ser. Cada pessoa tem uma forma de se apresentar e se colocar no mundo, uma forma de expressar seus sentimentos, desejos, afetividade, sexualidade, e cada um deve ser respeitado por suas peculiaridades.

Importante compreendermos que gestão escolar difere do termo geral de gestão. Pensamos em gestão como uma atividade técnica, dissociada do processo educacional. Assim, a gestão escolar pode ser compreendida como “uma dimensão da educação, legitimada pela política educacional, visando promover mudanças e desenvolvimento dos processos educacionais tendo como foco principal a formação e aprendizagem dos alunos.” (LUCK, 2009, p. 25). A gestão escolar passou a ter como referência legal a Constituição Federal 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Com base nessas leis, as escolas passaram a ser orientadas a adotar como princípio a gestão democrática. Por isso o termo é tão utilizado, pois esse tema vem sendo muito debatido e ganhando destaque nos debates políticos sobre a escola pública. O modelo que tínhamos era gerencial, voltado para o ramo empresarial, a realidade escolar precisa de um olhar diferente do/a administrador/a, a gestão democrática e participativa tem esse olhar mais apurado para o pedagógico, o ambiente de aplicação começou com as escolas públicas. Para Luck (2009), gestão democrática é “o ato de gerir a dinâmica cultural da escola”, desta forma deve estar alinhada com as diretrizes e políticas educacionais, com os princípios democráticos e propiciar um ambiente educacional autônomo, de participação, compartilhamento e autocontrole.

Já citamos anteriormente os artigos da Constituição Federal e da LDB/96 que acrescenta algo novo como a participação de outros profissionais nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, ou seja, sugere que o poder seja democratizado nas tomadas das decisões, não ficando somente o diretor/a responsável em resolver algo. Isso trouxe também

várias mudanças para a gestão, o que gera uma certa resistência por parte da gestão, nem sempre os gestores/as estão aptos a colocar tais mudanças em prática, ficando o modelo de gestão muitas vezes centralizador como no modelo anterior.

O que fica evidente é que a gestão escolar não acontece apenas por um intermédio de uma pessoa, uma escola tem setores administrativos, pedagógicos, financeiros, políticos, pessoais e várias pessoas envolvidas como professores/as, alunos/as, funcionários/as, secretaria de educação, comunidade, fornecedores/as entre outros, todos os setores envolvidos podem dificultar ou facilitar o andamento da escola, pois não tem como o/a diretor/a ter controle sobre todas as decisões, delegar e acompanhar se faz necessário. Cada um dentro do ambiente escolar tem a sua responsabilidade, todos são responsáveis pela prática educacional, o/a gestor/a é aquele que pode viabilizar, não sendo o único responsável.

O objetivo principal da escola é o processo ensino-aprendizagem, assim todas as ações do/a diretor/a devem ser pensadas pedagogicamente para que a escola funcione da melhor forma possível, pois se o professor trabalha num ambiente que faz bem, isso reflete nas aulas; se os funcionários trabalham num ambiente que lhes faz bem, também reflete no trabalho deles; o mesmo acontece com os alunos, um ambiente que lhes faz bem, se sentem mais motivados a aprender e a participar. O trabalho do/a diretor/a não é isolado e participa com todos os envolvidos da escola.

A gestão escolar precisa ter uma conduta mais condizente com a democracia, algo que não é fácil, estamos acostumados com atitudes autoritárias, sobretudo no ambiente escolar, tais atitudes não ajudam muito. Quando se tem um conflito em que as pessoas não são ouvidas e uma atitude autoritária é tomada, as pessoas além de se sentirem inferiores, se sentem excluídas. Todos os envolvidos precisam ser ouvidos, seja professores, seja alunos, seja funcionário, seja a comunidade. O/A gestor/a precisa ouvir, dialogar e não somente ter o conhecimento técnico de gestão, mas a parte humana para intermediar as situações que podem acontecer. Precisa dar espaço e fala para os grupos de pessoas que são excluídas na prática educativa. Por isso a trabalho do/a gestor/a é tão importante na escola.

Dentro dessa perspectiva, a gestão democrática necessita oferecer de forma regular e permanente, condições favoráveis para que as pessoas participem desse processo de forma ativa, assim além de resolver conflitos e fazer intervenções, as pessoas também se sintam participantes das mudanças na escola e entendam que também possuem responsabilidades.

Quando cada um dentro do espaço escolar tem legalidade, tem as suas responsabilidades e consciência crítica, todos se sentem pertencentes a esse espaço, isso ajuda a reduzir a violência porque “a participação constitui uma forma significativa de, ao promover

maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdade entre eles.” (LUCK, 2009, p. 71)

No ambiente escolar existem várias formas de violência - verbal, física, psicológica - quando a violência é externada por meio de agressões físicas, fica evidente que outros tipos de violência já existiam. Essa violência é o reflexo de todo tipo de preconceito que é reproduzido na sociedade como sendo “natural”, assim, atos racistas, misóginos, xenofóbicos, religiosos, sexuais continuam sendo perpetrados. Por isso, a importância de se ter uma educação que liberte as pessoas desses padrões construídos ao longo do tempo, onde cada um seja o protagonista da sua história.

A gestão escolar participativa constitui uma parte importante para que o processo educativo possa acontecer da melhor forma possível. Educação se faz com pais/mães/responsáveis, com alunos/as, com professores/as, com funcionários/as e com gestores/as. Não se deve aceitar qualquer tipo de violência na escola, sofrer as consequências da violência produzida pela sociedade, encontrar caminhos para um ambiente escolar mais acolhedor e mais humanizado é algo que a gestão escolar, juntamente com a equipe escolar precisam buscar. É um trabalho coletivo, que necessita do trabalho individual de cada um, o/a gestor/a pode viabilizar condutas mais acolhedoras e diferenciadas na condução do enfrentamento de preconceitos dentro da escola.

1.1 ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

Como toda relação social se constrói nas relações de poder, o currículo escolar também repercute essa relação intrínseca na sociedade. Seja o currículo formal ou informal, eles não são neutros, eles geralmente perpetuam a manutenção de determinados ideais e regimes sociais para assegurar àqueles que se valem do discurso dominante.

A relação de poder está presente em todas as relações da sociedade, para Michel Foucault, o poder está em todas as partes, é uma prática social, não estando numa pessoa ou governo, pois é flutuante. Se vale de verdades construídas por um discurso e esse discurso é reproduzido na sociedade, em que existem as pessoas que são autoridades e os subordinados, o que chamamos de política. O ser humano é político e a política está presente na vida cotidiana das pessoas, a escola como espaço social também reproduz uma relação de poder. Para Foucault (2014), todo sistema de educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Nesse discurso dominante, o currículo se restringe à instrução e conhecimentos de disciplinas tidas como clássicas e muitas vezes não levando em consideração o aprendizado e o pluralismo histórico. No entanto, a relação entre escola e sociedade nos faz entender que a visão de um currículo deve abranger um conjunto de aprendizagens e que são necessárias socialmente na formação de cidadãos/ã, áreas como científica, humanista, pragmática, cívica, interpessoal e outras que forem necessárias. Foucault (2014), diz que o discurso não é somente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas também aquilo que se luta, o poder que se quer apoderar.

O currículo precisa abranger várias áreas de formação, compreender o momento histórico de cada período, priorizar a construção do conhecimento, ou seja, a forma como o currículo era apresentado há 30 anos, precisa de reformulação para os dias atuais. Por isso se faz importante compreender a dominação de um grupo por trás do poder, conforme nos aponta Silva (2005, p. 35):

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É seu ambiente nativo. Em contraste para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável.

O currículo ora marginaliza ora exclui potencialidades humanas, devido aos interesses do grupo dominante que determina o currículo, pois aí estão as relações subentendidas de poder. Desta forma, o currículo colabora para os controles de dominação e construções de identidade com um discurso da cultura dominante, que define o que é considerado de maior prestígio e desconsiderando valores de outras classes, assim “[...] A seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes [...]” (SILVA, 2015, p. 46)

Ao mesmo tempo que o currículo pode se reformular e propiciar um espaço de disputas e significação da pessoa e da sociedade, ele também pode cultivar e perpetuar as relações de poder hegemônicas. Assim, percebemos o currículo como um processo social, político e relacional, por ser um processo, ele é socialmente construído e está em permanente processo de des e re-construção, que deve orientar para uma educação emancipatória, no qual os educandos/as não tenham uma formação de aceitação e passiva para a reprodução, mas tenham uma educação emancipatória e libertadora através de ações. Isso permite que o indivíduo entenda a sua realidade social, compreenda as contradições existentes e possa se capacitar, assim agir e transformar a sua realidade.

Como já mencionado anteriormente, o currículo pode ser formal e informal (que também podemos chamar de oculto). Assuntos como a igualdade de gênero, por exemplo, não se referem a um conjunto isolado de intenções e ações, mas à todas as relações interpessoais entre estudantes e docentes, entre os funcionários e estudantes, entre alunos e alunas. Desta forma, o currículo informal pode reforçar estereótipos de gênero de modo sutil no processo de socialização entre os alunos e alunas de forma igual ou tão mais eficaz que o currículo formal.

A linguagem é um fator muito importante na questão do gênero, pois ela reforça muitos mitos e preconceitos da sociedade. Quando falamos em linguagem não nos referimos somente à linguagem escrita (verbal), mas à linguagem não verbal também, podendo ser gestual, visual, simbólica, corporal, iconográfica. O que vemos é que todas as linguagens reforçam a figura do masculino e feminino e os preconceitos e estereótipos que não se enquadram nesse modelo binário, a argumentação baseada na ‘verdade’ científica dos papéis masculino/feminino na sociedade não deixa abertura para aqueles que não se identificam com o modelo binário, o que causa danos à educação e formação dos/as meninos/as. A escola através do currículo trabalha a significação do que permeia essas relações no cotidiano:

A educação, a escola, o currículo estão, naturalmente, no centro desses processos. A escola, histórica e tradicionalmente, tem sido vista como cumprindo uma tarefa de homogeneização social e cultural. O currículo – como corporificação de um suposto conjunto de valores, conhecimento e práticas culturais – tem um papel crucial nesse processo. A escola e o currículo têm sido vistos – e têm realmente cumprindo – a tarefa de incorporação de grupos culturais diversas ao suposto núcleo cultural comum a uma nação. Educar é, nessa perspectiva, basicamente um processo de incorporação cultural. (SILVA, 1995, p. 195)

Todo o conteúdo que o mundo reproduz é baseado nos conceitos construídos pelo dominador e não pelo dominado. Michael Apple (1989) explicita que não importa saber qual conhecimento é verdadeiro, mas sim qual é considerado verdadeiro. Ou seja, alguns conhecimentos são considerados legítimos e outros não, nos modelos tradicionais o conhecimento existente é tratado como inquestionável. Dentro desse questionar é que se percebe como existe uma tensão entre o currículo formal e informal, e algo que precisa ser discutido e trabalhado de forma a romper alguns paradigmas.

A palavra ‘homem’ se refere exclusivamente ao sexo masculino ou à humanidade em geral, num processo claro de masculinização hegemônica, em que a mulher é simbolicamente uma figura apagada, oculta e num modelo específico de feminilidade. Por muito tempo o discurso foi naturalizado na linguagem: “Reconhecer o caráter discriminatório da linguagem afigura-se um passo decisivo porque permite encontrar meios de “intervir” na própria linguagem.” (ABRANCHES & CARVALHO, 1999, p. 34)

A nossa sociedade tem um longo caminho pela frente e a escola com sua função social também precisa se mobilizar e cumprir seu papel, para que tenhamos cada vez mais uma sociedade com menos preconceitos. Alguns estereótipos são predominantes atualmente, como: domínio do masculino; mulheres são tidas como frágeis e dependentes; os papéis dos gêneros são mantidos; eles decidem e elas só cuidam; determinadas atividades são determinadas como sendo delas, não sendo considerado trabalho, mas somente uma função própria da feminilidade; não se apresenta imagens femininas em determinadas profissões, assim como não são apresentadas imagens masculinas em funções de âmbito privado. Assim, o currículo “valoriza a separação entre o sujeito e conhecimento, o domínio e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição” (SILVA, 2005, p. 95). Características que valorizam os interesses masculinos, em detrimento aos interesses femininos.

Percebemos que quando o assunto é voltado para o gênero e sexualidade, o discurso é permeado de preconceitos, discriminações, estereótipos, estigmas. Isso acontece pelo fato de nosso comportamento estar ancorado no patriarcado (veremos mais detalhes adiante), assim tudo o que não representa o biológico masculino e biológico feminino é distorcido. Na questão da sexualidade, a escola mantém-se reproduzindo o modelo heteronormativo, como Louro nos aponta

7

A escola como espaço social é marcada cada vez mais pela pluralidade e diversidade, sendo que os gestores/as diante dessa realidade, precisam trabalhar para lidar com as diferenças, se preparar para a quebra de paradigmas conservadores e desalinhados com o pluralismo histórico. Fazendo dos/as alunos/as protagonistas da sua realidade para que se sintam parte desse processo de construção social.

Como espaço social, a escola reproduz os discursos dominantes da sociedade, consequentemente reproduz os tabus e preconceitos dessa sociedade e acaba não abordando de uma forma crítica tanto o comportamento reproduzido como normal, como o comportamento não tido como normal. O que constitui uma falha. Quando se trata de ser humano, não é possível afirmar que ser heterossexual é normal e que ser gay é anormal, como já apontamos, por trás desse discurso existe uma visão dominante e preconceituosa que não é mais tolerável, pois entendemos que cada pessoa é diferente uma da outra e tem suas particularidades que devem ser respeitadas.

Muitos educadores/as e orientadores/as educacionais se calam diante de temas voltados ao gênero e sexualidade, o que impossibilita que tais temas sejam debatidos abertamente por toda a comunidade escolar, ficando num território restrito, o particular de cada um. Tal postura dificulta a forma de expressar dos/as alunos/as que podem se calar diante de uma fala preconceituosa.

Por essas e outras questões o currículo deve ser discutido, estudado, trabalhado. O currículo precisa ampliar e discutir temáticas que fazem parte do momento em que vivemos: questões raciais desiguais (naturalização da opressão de uma raça considerada superior em relação a outra), gênero, sexualidade, classes sociais, relação entre a luta de classe e educação. Uma complexidade muito grande existe nessas relações estabelecidas no âmbito social e educacional. As relações de poder estão presentes em todos os setores da sociedade, são plurais, existem grupos hegemônicos que se perpetuam no poder, existem grupos que são marginalizados, oprimidos, silenciados e que assim permanecem por muito tempo.

Mostrar aos/às alunos/as que essas relações perpassam o currículo e fazê-los/as compreenderem que através da construção do conhecimento tais relações podem ser mais bem trabalhadas, é o desafio atual da escola. Nesse sentido, Paulo Freire fez contribuições muito importantes para a educação, seus estudos contribuíram muito.

A formação de professores e gestores se torna necessária para enfrentar as demandas dos espaços escolares, tanto para que os/as alunos/as exerçam sua cidadania através da política, como os professores tenham espaço para refletir suas práticas educativas. A mídia é um fator importante que pode ser usada tanto para benefício dos professores/as quanto dos/as alunos/as.

No papel de educadores, os/as professores/as deviam inclusive refletir sua prática educativa. Refletir uma forma de como trabalhar as questões de gênero no ambiente escolar, procurar juntamente com a equipe escolar e a gestão uma maneira de auxiliar os/as alunos/as, pois quando falamos nas relações de poder, precisamos esclarecer isso junto aos/às alunos/as. E não, se omitir diante dessas questões. Se queremos alunos/as críticos/as, temos que despertar isso neles.

A linguagem constitui uma relação de poder, assim como tantos outros na sociedade. As várias formas de linguagem são incorporadas ao nosso Inconsciente, as nossas crenças são construídas com base nas informações de Inconsciente. Tanto que quando pensamos em mulher feminina já pensamos numa mulher de cabelos longos, com maquiagem, unha feita, bem-vestida, com batom, existe no nosso inconsciente um ideal de mulher. Mas quantas mulheres não pintam a unha, não usam maquiagem, não tem cabelo comprido. Seria essas

mulheres menos femininas que as outras? Não. Precisamos compreender que pessoas são diferentes, elas têm direito a isso e precisam ser respeitadas pelo que elas são e não pelo que imaginamos.

Assim, nosso inconsciente está lotado de imagens ideais que nos foram sendo passadas ao longo dos anos. Existe um discurso que nos diz que o “normal” é ser heterossexual e que o mundo é heterossexual. O que fez e faz com que muitas pessoas que não se encaixam nesse discurso dominante, se sintam mal e tentam de alguma forma fazer parte do que tido como consenso. Quando trabalhamos com os/as alunos/as, se nos calamos, o que fica implícito é que esse discurso dominante realmente determina as regras do jogo.

A escola deve propiciar uma construção de um outro discurso, de mostrar ao discente outras possibilidades, dentro da sua realidade, pois ao questionar a sua realidade é que se constrói a criticidade. Não tem como criticar algo que não faz parte da nossa realidade, fica abstrato. Quando criticamos o governo, criticamos justamente porque as ações repercutem na nossa realidade e nos atinge, não porque não nos atinge. O/a aluno/a como observador/a da sua realidade perceberá elementos presentes do seu cotidiano.

As questões de gênero e sexualidade também devem ser abordadas dentro da realidade do/a aluno/a. As pessoas por estarem num ambiente social podem considerar normal o comportamento dominante, o modelo binário homem e mulher, mas esse comportamento dominante terá que entender que precisa respeitar o espaço e individualidade do outro e vice-versa, sem depreciar a forma de ser de cada pessoa. Afinal, discriminações, preconceitos, violências, estereótipos não devem ser tolerados numa sociedade tão plural como a nossa.

O material da escola é o humano e se queremos uma sociedade diferente da que temos, precisamos cuidar com carinho das nossas crianças, cuidar do humano, investir o que temos de melhor para que tenhamos no futuro pessoas mais capacitadas para gerir a sociedade.

2 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA SOCIEDADE

Faz-se necessário entender que questões de gênero e diversidade sexual não são rígidas e são construídas socialmente. A sociedade que temos é fruto de uma construção social, nessa construção social foi transmitida que homem se comporta de um jeito e que mulher se comporta de outro, que homem pode certas coisas que mulheres não podem, ou seja, foi delimitado o que é papel de homem e o que é papel de mulher, isso nos dá a falsa sensação de que sempre foi dessa forma, como se fosse um molde, uma forma rígida de ser, nos foi passado dessa forma e por não questionar, reproduzimos e acabamos por acreditar que essa é a forma correta de agir, de pensar, de ser. Por esse motivo, pensamos ser necessário explicitar como essa relação do patriarcado foi construída, pois falamos muito de patriarcado, sem ter uma compreensão muito nítida de como ele foi construído. Alguém poderia perguntar: por que falar de patriarcado se estamos falando de gênero e diversidade sexual? Justamente porque o ser humano é um ser histórico e social, o que temos construído foi um processo de longos milênios, ser homem e ser mulher foi determinado por um sistema de dominação que não deixou de existir, que é o patriarcado, desta forma compreender como esse sistema foi construído é importante para a compreensão de como o comportamento humano foi moldado por esse sistema.

2.1 O PATRIARCADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

Para chegarmos à questão do gênero atualmente, precisamos buscar no passado elementos que fizeram parte desta constituição. Ou seja, precisamos voltar ao passado para compreendermos, pois o que acontece hoje tem raízes no passado. Assim buscamos informações sobre o patriarcado no livro de Gerda Lerner, *A criação do Patriarcado* (2019), e no livro de Rita Segato *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em*

uma virada decolonial (2022). O que fica evidente é que comportamento não surgiu do nada, ele foi construído ao longo dos séculos.

O patriarcado estabelece uma forma de poder, sobretudo de submissão feminina ao homem, lembrando que essa submissão não é algo natural e nem sempre existiu, passou a existir quando o homem impôs a sua dominação. Essa forma de poder estabelecida é explicada de forma natural pelos tradicionalistas, ainda hoje, que aceitam como natural e universal a dominação masculina. Aceitam que homens e mulheres possuem diferentes atribuições, funções biológicas, diferença entre os sexos, inclusive para justificar a divisão do trabalho. (LERNER, 2019)

Esse argumento tradicionalista é muito difundido em nossa sociedade, que se utiliza de elementos que justificariam a superioridade masculina, voltando na época dos caçadores lá na Idade da Pedra, tais como: a força física, o homem correria mais rápido, teria mais agressividade, conseguia pegar mais peso, portanto eram aqueles que provinham comida para a tribo, conseqüentemente mais valorizados e honrados que as mulheres. (LERNER, 2019)

No entanto, todos esses elementos que são apresentados para justificar a superioridade do homem nesse período foi refutada por evidências antropológicas, que constata que em sua maioria, nessas sociedades de caçadores-coletores, a caça não era a atividade principal, mas sim uma atividade auxiliar. A atividade principal advinha da coleta e caça de pequenos animais, atividade que era desempenhada por mulheres e crianças. A relação que existia era de complementariedade e não de superioridade entre os sexos. (LERNER, 2019)

Se não existia essa relação de superioridade, em algum momento passou a existir, sobretudo com uma mitologia que narra sobre o erro da mulher, tão conhecida no Ocidente, a narrativa bíblica do Gênesis, onde Eva comete um erro e recebe uma punição, por não ter sido obediente. Essa narrativa repete-se nos cinco continentes e a lei aplicada para corrigir o erro é uma lei masculina. O patriarcado seria a forma mais antiga de desigualdade. (SEGATO, 2022)

As fundamentações tradicionalistas tendem a abarcar a dominação masculina e a submissão feminina como conceitos universais. No entanto, antropólogas feministas refutam esse pensamento tradicionalista, porque para a sobrevivência dos grupos, as tarefas que ambos os sexos exerciam eram indispensáveis. Nessa época não existia narrativa que diminuísse a mulher, nem religião, nem Estado. Essa representação social do caçador, da figura do dominador, da supremacia masculina, advém de um discurso construído, de uma criação social posterior. Pois na época dos caçadores-coletores a dominação masculina estava longe de ser universal, essas sociedades não tinham a conotação de dominação ou submissão,

porque as tarefas de ambos os sexos eram indispensáveis para a sobrevivência dos grupos, seus papéis eram diferentes nem por isso, era mais ou menos importantes, mas nivelados. O que se percebe é claramente a construção do mito do homem caçador e sua perpetuação, a construção desse mito serve à manutenção da supremacia e hegemonia masculina.

Não é possível apontar com precisão, quando começou a subordinação feminina, sabemos que é num tempo remoto que surgiram esses mitos que diminuem a mulher. Podem ser de uma subordinação biológica na fase final do Neolítico ou de ordem política na espécie *Sapiens*, assim esses mitos seriam usados para justificar a dominação que não é natural, pois se fosse natural das características biológicas, não seria necessário usar um mito para construir a narrativa de subordinação da mulher. (SEGATO, 2022)

Compreender esse mito, é compreender que em determinado momento histórico teve um confronto, uma guerra, nessa guerra teve uma parte de pessoas que foram subordinadas. A primeira conquista dessa guerra passa a ser o corpo da mulher, e como consequência desse erro cometido pela mulher legitima-se a sua subordinação. Essa forma de dominação foi e continua sendo reproduzida pelo patriarcado, que é uma ordem política: “A expressão “cultura patriarcal” não é adequada. O patriarcado é uma ordem política, a ordem política mais antiga, que se apresenta mascarada sob um discurso moral e religioso.” (SEGATO, 2022, p. 39)

Isso fica mais evidente com o passar do tempo, quando as atividades da esfera pública passam a ser exercidas pelos homens e as tarefas domésticas, pelas mulheres, como se fosse um dever e uma obrigação. Esses papéis vão se adaptando aos contextos sociais, o que é algo bem interessante de se observar. Pois, o discurso religioso que a mulher tem que servir, ser submissa ao homem foi utilizado por muitos séculos como forma de dominação. Porém no século XIX, o discurso religioso perde força, então a explicação que era de ordem religiosa, passa a ser científica. Dessa forma, a mulher ter menstruação, menopausa, doenças, gravidez a tornaria realmente inferior ao homem, porque isso incapacitaria a mulher de realizar o que o homem realizava. Justifica-se inclusive, que a exclusão da mulher nas oportunidades econômicas e educacionais, era necessária para a sobrevivência da espécie, sendo o papel materno exclusivo da mulher, mas a mulher não podia escolher se queria ser mãe ou não, isso também era uma decisão masculina.

Assim justificava-se como natural a mulher desempenhar serviços domésticos, o papel maternal, de cuidar dos filhos, da família e excluía-se as oportunidades econômicas e educacionais das mulheres. Essa forma de pensar, não considera a história, como os seres humanos se comportavam desde o princípio, mas se vale um determinismo biológico, como se todos os homens e todas as mulheres do passado vivessem de uma forma e aceitassem essa

forma de dominação como se fosse algo a ser obedecido, mas não foi assim. Quem defende essa forma de pensar, são os tradicionalistas, que mulheres e homens tenham tido os mesmos papéis desde o Período Paleolítico. Se observarmos com um olhar um pouco mais criterioso, vamos perceber que o que era necessário e importante para a sobrevivência do homem no Período Paleolítico, não é mais importante no nosso mundo atual, como por exemplo, a agressividade. Ser agressivo no passado pode ter sido importante naquele período, como forma de enfrentar animais e grupos rivais, mas hoje vivemos num contexto diferente. No passado, não tinha problemas com superpopulação e nem esgotamento de recursos naturais, elementos que são muito importantes para a nossa sobrevivência hoje. Com o progresso, os tradicionalistas aceitam que o trabalho físico desempenhado pelo homem seja substituído por máquinas, mas não aceitam a independência da mulher, ela estaria condenada a servir devido à biologia que a determinou como um ser inferior.

A expectativa de vida no Período Neolítico era a média de 30 anos, as mulheres tinham várias gestações, no entanto pelas condições adversas que viviam chegavam à vida adulta um filho, no máximo dois. Não tinha a facilidade de ir ao mercado e comprar comida, tinha que caçar e uma boa caça não acontecia todo dia. O homem não tinha casa fixa, então era necessário o deslocamento em busca de condições de sobrevivência. Não tinha vacinas, médicos e nem medicamentos, o que qualquer infecção matava pessoas. Era uma vida muito difícil, principalmente para nós que vivemos em outro contexto. Tentar trazer a realidade daquele período para os dias atuais, além de anacronismo, é inviável pois são situações totalmente diferentes.

Toda espécie na natureza busca se perpetuar através da reprodução, de forma instintiva. O ser humano difere dos outros animais por ser dotado de racionalidade, biologicamente como espécie, o humano tem o mesmo intuito das outras espécies. Ainda mais nesse período com condições tão adversas de sobrevivência, as mulheres desse período histórico que chegavam à vida adulta, se preocupavam em engravidar, ter filhos, amamentar, era instintivo esse comportamento de reprodução. É um fator biológico. Porém, o que chamamos de dominação masculina surgiu de um fator biológico que passou a ser fenômeno histórico e assim, uma estrutura criada e reforçada por nossa cultura ao longo do tempo. Um discurso dominante, se valeu de atributos sexuais que são fatores biológicos para se perpetuar a dominação do gênero, que é uma construção social variável.

À medida que o homem vai aprimorando o seu conhecimento e descobrindo que ele pode dominar, as distâncias entre os sexos vão ficando maiores. Com a invenção da escrita na Suméria em 3.000 a. C. vai ocorrer uma série de processos que vão reforçar a dominação

masculina, tais como o surgimento do militarismo, da escravidão, de classes estruturadas. Historicamente a escrita passa a ter muita importância no meio humano, conseqüentemente registros de como a sociedade se portava começam a ser escritos, sem a finalidade histórica que atribuímos hoje.

Assim aos poucos e com o tempo vai acontecendo a subordinação da mulher a princípio à própria família e depois institucionalizada; a prostituição também se regulamenta; junto com a invenção da escrita, também vem a exclusão das mulheres para tal fim, elas não tinham acesso a tal educação no molde da época. Se em muitas sociedades tínhamos divindades femininas cultuadas, elas também começam a ser subjugadas em detrimento dos deuses masculinos, considerados superiores e assim acabam legitimando a supremacia masculina ante ao feminino.

Com o surgimento da irrigação em grande escala, surgem também as burocracias sólidas e o aumento da população, isso vai resultar no militarismo e na formação do Estado, o que constitui uma mudança na estrutura social e, conseqüentemente na história das mulheres. Antes da constituição do Estado, as relações de poder eram de estruturas comuns e baseadas no parentesco, com o Estado, agora temos as classes estruturadas, sobre isso a antropóloga Rayna Rapp (1977) diz que no processo de civilização, as estruturas baseadas no parentesco foram as que obtiveram maior fracasso. O parentesco foi a relação que manteve as tribos humanas por um período longo, quando o Estado é institucionalizado, essas relações são as primeiras a serem atingidas.

Não devemos pensar o processo humano como linear, pois ele não é. Nem pensar que tudo aconteceu de forma consciente e determinada, pois o processo ocorreu com tempos diferentes em diferentes regiões, porém foi acontecendo e que alguns padrões de comportamento foram mais fortes em algumas regiões do que em outras. A Mesopotâmia passou por três estágios: primeiro: cidades-templos (crença na deusa); segundo: crescimento das cidades-estados; terceiro: desenvolvimento dos Estados nacionais.

Em algumas sociedades como a mesopotâmica, as mulheres tinham uma certa participação ativa na vida social, econômica, religiosa e também política. No entanto, essas mulheres faziam parte de uma elite e a relação delas era de subordinação, ou seja, ela agia de acordo com o que o pai ou o esposo queria nunca era uma decisão tomada por ela. Elas eram esposas, concubinas ou filhas. Vemos aqui o imbricar de um conjunto das relações de poder, em que o homem já tinha sobre alguns outros homens e sobre todas as mulheres. As mulheres não têm autonomia e dependem da proteção dos homens para que elas e seus filhos sobrevivam.

Com o surgimento das leis escritas e do Estado percebemos que o patriarcado ganha força e desenvolvimento e não acontece de um dia para o outro. As relações vão se estabelecendo de forma sutil, vai ganhando força até se constituir um comportamento normal e que as pessoas acreditam que sempre foi daquela forma. Em algum momento, pessoas questionam, pessoas lutam, pessoas morrem por algo que elas acreditam de verdade. Cada época questiona de acordo com o que está sendo vivido e hoje questionamos aquilo que não dá para ser fundamentado em algo que sempre foi de um jeito.

Outro aspecto a ser observado é a escravidão, que nas sociedades dos caçadores-coletores raramente ocorria, mas que aparece com força total com a invenção da agricultura, urbanização e formação do Estado, que é a primeira forma institucionalizada de dominância hierárquica, o que representou um divisor de águas para a humanidade. No entanto, a opressão da mulher ocorre antes da escravidão.

O que a gente percebe é que socialmente com o patriarcado, a mulher sempre esteve em desvantagem, pois o nome patriarcado nos remete à figura de “pai”, uma figura masculina que vai determinar a vida sobretudo da mulher. Ela nunca pôde pensar por ela mesma, tinha que cumprir suas funções de mãe, esposa, sem questionar. Ficar na dependência de um homem, isso teve e tem apoio religioso, na qual o homem podia ter várias esposas e a mulher não podia, correndo o risco de ser morta por apedrejamento. O que não se vê com homens. Estuprar mulheres de um grupo conquistado na guerra é um comportamento tido como normal até hoje, sendo esse um comportamento iniciado no segundo milênio a. C. O estupro de mulheres, assim como a tortura de prisioneiros, trata-se de práticas sociais que resistem ao “progresso”, às reformas humanitárias e às considerações éticas e morais mais sofisticadas. As marcas construídas pelo patriarcado são profundas e repercutem até nossos dias atuais, sendo inseparável das instituições patriarcais.

O homem desde que percebeu que podia dominar os animais e conseqüentemente outros homens, criou mecanismos para que ele permanecesse em sua dominação. Assim, o homem do sexo masculino teve autonomia para fazer valer a sua honra, pôde decidir por si e essa autonomia era reconhecida por outros homens, mas as mulheres no patriarcado não puderam decidir por si. A honra da mulher era ligada à sua virgindade e fidelidade ao marido, ou seja, durante o patriarcado, a mulher esteve debaixo das ordens dos homens, o que faz com que a gente perceba que até hoje mulheres se sintam subordinadas à homens.

Como já mencionado anteriormente, a escravidão quando passou a ser considerada normal e se tornou comum, a subordinação das mulheres já era um fato histórico. Surgem os casamentos por compra, que não era praticado de forma igual a todas as mulheres, o que é um

fenômeno de classe, porque as mais ricas eram parceiras do marido, as mais pobres sofriam uma escravidão doméstica, sendo obrigadas a fazer tudo, além de cuidar dos filhos.

Um fenômeno acontece com o ser humano, quando um grupo é marcado por ser escravizado, ele carrega o estigma de ter sido escravizado e ele acredita que pertence a um grupo escravizável. Esse estigma se torna um fator de reforço que justifica a prática da escravização na mentalidade do grupo dominante e na mentalidade do grupo escravizado. Isso leva muitas gerações, porém quando o estigma é internalizado por um grupo, a escravização passa a ser entendida como “natural” e “aceitável”, então as pessoas deixam de lutar. Esse fenômeno acontece com qualquer grupo, inclusive com as mulheres que foram levadas a acreditar que eram inferiores aos homens.

Outro fator que acontece é que coisas que eram tratadas no âmbito particular, com o surgimento do Estado, passam a ser de ordem pública, isso por volta do ano 1.250 a.C. Então a partir daí, a regulamentação de contraceptivos, aborto, controle sexual passam a fazer parte do Estado, característica fundamental do poder patriarcal. Nesse período também ocorre a regulamentação sexual das mulheres juntamente com a formação de classes base fundamental do poder patriarcal.

Com a institucionalização do Estado, os limites entre mulheres de classes diferentes foram definidos. O Estado aumentou os direitos à propriedade das mulheres de classe alta, enquanto não somente restringiu como extinguiu os seus direitos sexuais. As mulheres da classe pobre, além de não ter nenhum direito sexual, não tinha direito à propriedade, nenhum favorecimento a não ser obedecer ao marido.

A supressão do masculino pelo feminino não se deu de forma rápida, no terceiro milênio a. C, a figura de liderança pela Deusa-mãe começou a ser substituída pelo deus masculino, assim o sagrado feminino foi sendo substituído pela figura masculina. A figura da Deusa-mãe passa a ser cultuada na esfera particular, a figura do Deus passa a ser cultuada na esfera pública. Coincidentemente, a mulher trilha esse caminho e acaba sendo transformada em esposa domesticada e o homem passa a representar a alta sociedade, na figura de reis, burocratas e guerreiros. O masculino passa a representar o poder e dominação, assim como Deus, e a população passa a acreditar nessa forma de dominação.

A figura de um deus masculino dominador marcou profundamente a nossa forma de viver e encarar as coisas. Por exemplo, Jeová quando “castiga” o homem após a queda, os tradicionalistas veem ali a divisão do trabalho, justificando assim o comportamento masculino e feminino como algo divino e determinado por deus. A dominação masculina é vista como um comportamento normal e esperado, assim como a submissão feminina.

Para os israelitas, a mulher era sempre dependente de um homem, se ela fosse solteira o controle era feito pelo pai e pelos irmãos, quando ela se casava passava para o marido e o sogro. O homem israelita também gozava de liberdade sexual, mas a mulher tinha que casar virgem, ter absoluta fidelidade ao marido (podendo ser inclusive morta por adultério), além de ser atribuída toda má sorte de não fertilização à mulher. A esterilidade era sempre atribuída à mulher, nunca ao homem. Ainda hoje existem pessoas que falam que a mulher não serve para ter filho, mas hoje temos exames, que comprovam muitas vezes, que o homem é estéril e não a mulher. No passado, muitas mulheres sofreram indevidamente por isso.

Infelizmente a moral religiosa ratificou muitos comportamentos humanos e forma de enxergar o mundo. O que podemos ver é que esse pensamento continua forte em muitas sociedades que continuam influenciadas por uma moral religiosa muito forte. Levam ao “pé da letra” textos religiosos que não deveriam ter o peso que tem, muito menos, querer determinar um comportamento padrão para toda uma sociedade.

Nos primórdios do patriarcado, a figura se centrava no pai, competia a ele as decisões. Com o passar do tempo, a figura do pai deu lugar a uma figura jurídica, a essa figura jurídica estabeleceu o seu domínio e as coisas sob o seu controle. Esse poder do patriarcado político foi atrelado à masculinidade hegemônica europeia, não é uma figura tão somente masculina, mas também europeia, que impôs a sua dominação aos colonizados, obteve controle e disciplina da população, oprimiu mulheres ao longo dos séculos, além de ter práticas discursivas que influenciaram e influenciam pessoas no mundo todo.

A inferiorização da mulher acontece durante o patriarcado, onde a mulher é considerada patrimônio do homem (CHAUI, 2001). A mulher é desapropriada de si, conforme nos aponta Segato (2022, p.38) “[...] a mulher e seu corpo-território acabam sendo tomados, subjogados e expropriados de sua soberania.” Chegamos ao presente com esse sistema político de dominação masculina, embora os movimentos sociais ganhem força, as mulheres se posicionam, gênero e raça deixam de ser invisíveis e tenhamos uma aparente abertura, ainda assim, as relações continuam sendo ditadas pelo patriarcado. O que nos faz questionar o motivo de não haver uma mudança nessa estrutura, apesar dos esforços empenhados por uma parte da sociedade.

Conforme nos aponta Rita Segatto, existe um esforço para defender os donos do mundo e o centro é a questão patriarcal, a estrutura social é patriarcal, vemos discursos ultraconservadores e fundamentalistas que defendem o modelo patriarcal. Conservadores religiosos católicos e protestantes, se valem desse discurso para defender a família, a heterossexualidade como norma e a obediência a esse modelo patriarcal. Temos um mundo

desigual, as pessoas não têm a consciência trabalhada para perceber que o sistema patriarcal insiste na permanência de um mundo desigual e educa para que as desigualdades permaneçam: “Uma democracia que não é pluralista é uma ditadura da maioria.” (SEGATO, 2022, p. 43)

O que percebemos e fica evidente é que o patriarcado é uma ordem política, conforme Rita Segatto aponta e essa ordem política se vale das desigualdades para continuar a lucrar, esse sistema se tornou mais cruel nos últimos tempos, ele opera para continuar a se perpetuar e manter as elites no poder. Existe uma abertura ali, outra aqui, mas o sistema opera para que essa ordem permaneça no mundo, então: “[...] sem focar e dar centralidade ao desmantelamento do mandato de masculinidade e à desarticulação da ordem política patriarcal, não será possível reorientar a história para um mundo capaz de trazer mais bem estar para um número maior de pessoas.” (SEGATO, 2022, p. 50)

2.2 COMO A SEXUALIDADE FOI CONSTRUÍDA

Importante fazermos observações sobre o comportamento humano no Ocidente, uma obra que deve ser referendada é *A História da Sexualidade*, do filósofo francês Michel Foucault (2013), um dos pensadores mais influentes.

Observamos em sua obra que até o início do século XVII as práticas sexuais eram pouco censuradas e não se fazia questão de mantê-las em segredo, para as pessoas a sexualidade fazia parte das relações humanas e eram bem toleradas, comportamento que começou a mudar no final deste mesmo século. Conforme o autor: "o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo". (FOUCAULT, 2013, p. 39)

A sociedade passou a reproduzir a força de trabalho, a forma das relações sociais e no campo da sexualidade, passou a proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, ou seja, aos poucos a sexualidade deixa o âmbito público e vai para dentro de casa, que passa a ser o único lugar em que a sexualidade é reconhecida.

A burguesia encontra na religião o que ela precisava para fazer manter a sexualidade velada e a religião encontrou na burguesia uma forma de retomar sua influência sobre as pessoas, pois estavam perdendo espaço para as revoluções científicas e filosóficas. No século XVIII, três códigos reagiam às práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei

civil. Essas instâncias se alinharam e determinaram uma linha divisória do que seria lícito e ilícito.

O sexo não é essa parte do corpo que a burguesia teve de desqualificar ou anular com o objetivo de pôr para trabalhar os que ela dominava. É, ao contrário, esse elemento dela mesma que a inquietou e preocupou mais do que qualquer outro, que solicitou e obteve seus cuidados e que ela cultivou com uma mistura de terror, curiosidade, deleitação e febre. (FOUCAULT, 2013, p. 135)

A confissão, um mecanismo de extrair os mais profundos sentimentos e pensamentos das pessoas, inserida da Idade Média no século XIII, era obrigatória entre os cristãos, que deveriam se ajoelhar pelo menos uma vez ao ano, para confessar seus pecados, suas culpas sem omissão de nada. Nessa atitude, fica claro a relação de poder instituída pela Igreja e usada como um ritual de discurso do sujeito. Essa dominação, logicamente, não está do lado de quem fala, mas do lado de quem escuta cala.

A confissão exigia muito tempo de prática da penitência, e nos séculos toda série de relações: crianças, pais, alunos, pedagogos, doentes, psiquiatras, delinquentes e peritos. As motivações e os efeitos da sociedade se diversificaram e a confissão se abre a outros domínios. O pretexto não era somente vigiar, mas também punir, para que o comportamento humano fosse coibido.

A sexualidade passa ser algo útil apenas para a procriação, tem-se uma noção deturpada ao que se refere às aparências, um casal legítimo é composto por um homem e uma mulher, tipo Adão e Eva, como na Bíblia. O que fica evidente é que a sexualidade é uma junção de ideias construídas. Desde o século XVII, temos discursos que querem controle e regulamentação sobre os corpos, esses discursos se acentuam no século XIX, que pretendiam atingir não somente o comportamento individual, mas de toda uma população.

Segundo Foucault (2013), é no século XVIII que as práticas sexuais são fortemente restritas ao ambiente familiar, não sendo faladas, inclusive. A burguesia principalmente se vale dessa prática. Os esforços são grandes para manter velado o assunto sexualidade. No entanto, tem coisas que não dá para ficar encobertas, e a burguesia não conseguiu esconder as sexualidades ilegítimas. Por mais que tenha tido esforço de esconder, nas casas de prostituição e nos consultórios psiquiátricos, ao preço que poucos podiam pagar, a sexualidade era falada. A repressão constitui assim uma forma de poder, pois permite que poucos possam engendrar nesse caminho de saber e sexualidade, e restringe a grande maioria condicionada politicamente a respeitar o rigor da lei.

É engenhosa a forma como vai se estabelecendo as relações de poder no campo da sexualidade. O que se nota é que o discurso religioso está sempre atrelado, pois a moralidade

faz com que as pessoas ajam de modo racional, fazendo com que funcione perfeitamente do modo que se pretende. O discurso em torno passa a ser o casal heterossexual, monogâmico que tem filhos, não discutindo outras sexualidades, assim as pessoas seguem esse modelo de poder implícito como uma sociedade ideal e retorno para Deus, a religião mais uma vez usada para determinar um comportamento.

O sexo inerente ao ser humano, não deveria ser tão velado, os tabus relacionados ao sexo e a sexualidade advém de séculos passados, como falamos sempre das relações de poder, é preciso compreender que por trás de todo comportamento social está presente uma relação de poder.

2.3 A NECESSIDADE DE CONVERSAR SOBRE GÊNERO

Muito antes das discussões que temos em nossos dias sobre gênero, sexualidade, identidades precisamos buscar informações no passado para entendermos como tudo isso se constituiu, visto que somos seres sociais e que nada acontece por acaso e do dia para a noite. Para tanto faremos uso do livro de Thomas Laqueur (2001), *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, livro este que aborda como era visto a questão do sexo nos pensamentos médico, filosófico e político do século XVIII até o momento presente.

O que fica evidente é que todo conhecimento passou por um processo, o conhecimento científico também. Tudo que conhecemos hoje nos dá a falsa sensação que sempre foi daquele jeito, mas não foi bem assim. Podemos perceber que o corpo humano e o que o envolve não foi de um conhecimento específico, mas de dois tipos de desenvolvimento bem diferentes: o epistemológico e o político. (LAQUEUR, 2001)

Conforme o autor nos aponta, não foi a epistemologia somente que produziu dois sexos opostos, mas em condições políticas favoráveis. A política sempre foi compreendida como uma relação de poder, e isso interfere nas formas de como o homem se vê como sujeito e como estabelece relações na forma de viver do ser humano. Na questão de relação de poder, Michel Foucault, filósofo francês, o poder não pode ser localizado e observado numa determinada instituição ou ao governo, o poder acontece como uma relação de forças, assim todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder, ora exercida, ora resistida. O poder é produzido por conhecimento, reproduzido e compartilhado através da linguagem. O poder será exercido por discursos, normas e práticas que determinam o que é correto e verdadeiro numa sociedade:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele

produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2004, p. 12)

Assim, Laqueur (2001, p. 23) pretende “mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero”.

De acordo com Laqueur (2001), para a medicina do Ocidente no século XVIII não era possível apresentar a sexualidade humana dividida em masculino e feminino. Já o modelo científico que dominava era do sexo único; e o modelo filosófico inspirado em Galeano percebia a mulher como um homem invertido e inferior. Invertido porque segundo esse pensamento filosófico, os órgãos femininos eram os mesmos que os homens tinham só que voltados para dentro, onde o útero era o escroto, os ovários eram os testículos, a vagina era o pênis, e a vulva era o prepúcio. E inferior, no sentido de que a mulher seria concebida por um homem imperfeito, para esse pensamento, o homem imperfeito não tinha força e intensidade no calor vital, elemento importante para a evolução do corpo para se chegar à perfeição ontológica do macho.

Com o Iluminismo na França, no final do século XVIII, o pensamento revolucionário se esforça para que a “normal” desigualdade entre homens e mulheres se torne compatível com os ideais igualitários proclamados pelos revolucionários. Veremos aqui, mais uma vez, como a questão não é tão igualitária e o jogo de poder permeia novamente a questão do sexo. A princípio, o que temos é uma questão de igualdade: que todos os homens seriam iguais, no entanto, as mulheres seriam mentalmente fracas e isso as incapacitaria para questões referentes às áreas intelectual, científica e política, consideradas atividades próprias do homem. Não que as mulheres fossem “imperfeitas”, como Galeano considerava, do ponto de vista ontológico, mas do ponto de vista biológico, mulheres eram diversas. Aqui é construída uma prova conclusiva da diferença entre homens e mulheres: o sexo. Se torna hegemônico, daqui em diante, o modelo de dois sexos. (LAQUEUR, 2001)

Se antes, no modelo de sexo único, a mulher pela constituição do seu corpo é considerada uma versão menos importante do homem (invertido e inferior); mesmo durante o Iluminismo, esse modo de pensar não desapareceu, mesmo com o modelo de dois sexos, o corpo da mulher é considerado o oposto do homem. Só a partir do modelo de dois sexos, é que existe o interesse de buscar evidenciar as diferenças entre homens e mulheres (anatômicas

e fisiológicas). Esse interesse ocorre porque essas diferenças se tornaram do ponto de vista político, interessantes. (LAQUEUR, 2001)

Todo indivíduo possui uma identidade, o lugar onde ela/e nasceu, a cor da pele, classe social, escolaridade, todos esses elementos vão marcar a sua identidade, como ele/a se constitui enquanto pessoa no mundo. Fatores biológicos interferem também sobre a questão da identidade. Leandro Colling (2018) em seu livro *Gênero e sexualidade na atualidade*, faz uma pergunta para reflexão: por que atribuímos valor positivo para determinados corpos e não para todas as pessoas? Para o autor, veremos que para responder essa pergunta, vamos levar em consideração fatores históricos, políticos e econômicos, tais fatores interferem diretamente na construção da identidade da pessoa, ou seja a sua subjetividade.

Por muito tempo o mundo esteve ligado nas diferenças entre os sexos masculino e feminino. Um mundo binário, ou seja, uma visão simplista do mundo, que considera apenas dois extremos, dois aspectos, masculino e feminino, onde aqueles/as que não se enquadravam nesse modelo eram oprimidos. O modelo que vigora ainda hoje em muitos países, dentre eles o Brasil, é o patriarcal. Modelo que herdamos da sociedade portuguesa a partir do século XVI. Herdamos vários fatores considerados importantes na construção da identidade, que não eram questionados. Não precisamos seguir o que nos foi passado, podemos construir nossa identidade, pois ela está sempre em construção, como Tomaz Tadeu da Silva (2007, p. 97) define:

Não é uma essência, não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder.

Nossa identidade é construída em contato com o outro, da diferença que existe. O outro tem papel importante na construção da identidade, para me identificar como heterossexual, preciso do homossexual, não há nada de errado nisso, somos apenas seres que nos identificamos com tal comportamento ou não. Para dizer quem somos nos utilizamos da linguagem, tal linguagem existia antes de chegarmos. A linguagem usa determinados símbolos que valorizam certas identidades e desvaloriza outras. (COLLING, 2018)

Os movimentos feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) têm como tema central das discussões as identidades sexuais e de gênero. Embora, a história da origem dos movimentos feministas seja controversa, a contribuição deles foram decisivos e importantes para nossa sociedade e permanecem atualmente. O movimento sufragista

ocorrido na virada do século XIX para o XX, considerado uma primeira “onda”, foi voltado para o direito de voto das mulheres, em Londres. (COLLING, 2018)

Na segunda “onda”, no final de 1960, as mulheres reivindicam direitos iguais aos homens e constroem de forma organizada as teorias feministas. Uma das mulheres mais conhecidas nesse período é a francesa Simone de Beauvoir, com o livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, que ganha grande repercussão após 1960. (COLLING, 2018)

No Brasil, na década de 60 tivemos um endurecimento às liberdades, principalmente em função do golpe militar em 1968 o que impediu vários movimentos, inclusive o feminismo. Somente a partir de 1980, com a redemocratização no país, que o movimento feminista ganhou força em várias frentes. No entanto, o movimento LGTB em relação ao movimento feminista é mais recente ainda.

O conceito de gênero começa ser discutido após 1960, no entanto não foi criado pelo feminismo. Foi no movimento que foi usado para apontar diferenças e hierarquias entre homens e mulheres e desnaturalizar os próprios gêneros das pessoas. Inicialmente se pensou o sexo como dado da natureza, gênero dado da cultura. Controvérsias existem até hoje.

Louro (2014), considera que o gênero passou a ser distinto do sexo por intermédio das feministas anglo-saxãs, elas rejeitaram o determinismo biológico na categoria de sexo, dentre essas feministas, estava Joan Scott e seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que foi publicado em 1988.

Para Scott (1988), o gênero é construído nas relações de poder entre homens e mulheres, as relações permeiam a diferença que existe entre os sexos, a partir de elementos sociais. Assim seriam naturalizados traços como sendo de mulheres e de homens, reproduzindo e hierarquizando características sociais e sexuais como “naturais” do sexo. A pessoa não pode ser pensada como somente como um produto social ou biológico, pois um está contido no outro.

Assim Louro (1997), aponta que gênero não deve ser pensado como tão somente masculino e feminino, isso constituiu uma concepção simplista. O gênero deve ser compreendido como constituinte da identidade dos sujeitos. Identidade é algo muito mais abrangente do que desempenho de papéis masculino ou feminino, leva em consideração etnia, classe, nacionalidade, algo que faz parte, que constitui o sujeito.

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social” não há contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatiza, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre essas características biológicas. [...] As

justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2014, p. 26)

Para Louro (2004) então, essa construção do que é ser masculino e feminino, do que é considerado certo ou errado, são processos culturais e disciplinadores impostos aos sujeitos. A escola e o currículo têm a função reguladora de delimitar comportamentos sociais aceitáveis perante a sociedade, exercendo a função reguladora de poder expressas nas relações.

Para Judith Butler (2003), o determinismo biológico foi usado na construção do conceito de gênero, no qual homem e mulher ocupariam seus lugares na sociedade determinados pelo sexo que o sujeito nasceu, naturalizando as desigualdades entre homens e mulheres. Desta forma, não se permite que a estrutura social seja contestada, nem transformada, além de naturalizar as diferenças sociais entre homens e mulheres. Para a autora, a construção do gênero não é biológica, mas cultural, pois permitiu uma dominação social de poder do masculino sobre o feminino e dissidentes.

Para a autora Butler (2003), existe uma relação política para afirmar que sexo e gênero são entidades naturais, assim as relações são estabelecidas dentro de um discurso que está em conformidade com um padrão reconhecido socialmente, como se a heterossexualidade fosse a única forma de existência, e tudo o que foge a esse modelo não se enquadra numa “normalidade”. Então cria-se uma ilusão para regular o gênero para servir a um propósito político de regularizar a sexualidade. Assim, em *Atos Performativos e Constituição de Gênero: Um Ensaio em Fenomenologia e Teoria Feminista*, Butler (2003) “gênero não é de modo algum uma identidade estável ou um local de ação do qual provêm vários atos; é antes uma identidade tenuemente constituída no tempo”, ou seja, cada pessoa nasce com um sexo biológico, masculino ou feminino, no entanto o ser homem ou ser mulher na sociedade é um fator culturalmente construído, pois muda de acordo com o tempo e sociedade que é um processo histórico. O processo histórico está em constante mudança.

Para Butler (2003), as relações de poder são construídas sutilmente, assim masculino e feminino são estruturas estabelecidas em que não se percebe esse tal poder, cria-se uma matriz heterossexual em que a pessoa é taxada pela sua genitália, sendo esse papel constituído quando a criança é ainda um bebê na barriga da mãe, em que os pais procuram saber o sexo da criança e prepara o enxoval do bebê de acordo com o sexo. A engenhosa frase de Simone de Beauvoir (2016, p. 9) que afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, quer nos mostrar que no conceito biológico, o sexo é apenas um atributo anatômico, porém no que nos diz em relação ao conceito de gênero, masculino e feminino são uma “construção social”.

O que fica evidente é que o gênero feminino e masculino, eles são impostos culturalmente, através do que é regulamentado como corpo feminino e corpo masculino. Desta forma, quando o gênero é construído de forma natural (biológico ou cultural) não existe escolha, mas imposição. Assim, Butler (2003) enfatiza que o gênero deveria ser visto como uma variável fluida, entre tantas outras que temos, e que se transforma e desloca em diferentes contextos históricos. Não existe rigidez em relação ao gênero e ao desejo, eles são flexíveis, portanto, o ser humano não precisa ser rígido em qualquer tipo de identidade, pois pode ser reinventando pelo sujeito a qualquer tempo. Butler (2011, p. 87) define o gênero:

O gênero não é inserido no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história asserberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este ato contínuo é confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de forma a expandir o campo natural, tornando físico através de performances subversivas de vários tipos.

Como já exposto anteriormente, a mulher foi sempre tratada com inferioridade perante uma sociedade extremamente dominada por homens, que considerou a inferioridade do gênero feminino. Isso foi usado de forma impositiva para legitimar a abominação do homem, sobretudo branco e cisgênero. Para justificar a dominação, o homem se utilizou de argumentos da medicina, do conhecimento científico, do filosófico, da religião e da psicanálise. Todos esses conhecimentos serviram às relações de poder que se estabeleceram e ainda se estabelecem, considerando a história da submissão da mulher como algo natural, inerente à condição da mulher. Construiu-se um arquétipo de que a mulher devia ser boazinha, se anular, respeitar o homem (mesmo que ela fosse desrespeitada), não questionar, aceitar ser submissa. Atrocidades foram cometidas não somente contra as mulheres, mas com pessoas que se identificavam com o gênero feminino. Tudo isso colaborou para o fortalecimento do patriarcado, sistema esse que ainda domina em nossos dias.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, lançado em 1949, se posiciona sobre questão do gênero:

Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assuma no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. (BEAUVOIR, 2016, p. 9)

Beauvoir (2016, p. 179) também se posiciona em relação ao patriarcado: "desde os primeiros tempos do patriarcado, [os homens] julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro".

Seu livro foi alvo de muita crítica tanto por católicos, como protestantes, comunistas e existencialistas, tendo inclusive entrado para a lista dos livros proibidos pela Igreja Católica em 1956. Embora muitos movimentos concordassem com suas ideias como contraceptivos gratuitos e aborto legal, não se envolviam diretamente. Beauvoir (2016) problematiza que mulheres são definidas pelo olhar masculino e não por elas mesmas, para ela as origens da desigualdade de gêneros não seria somente construção histórica, mas também construção ideológica. O feminino não é essência, é construção histórica e cultural. Como já percebemos pela abordagem anteriormente, o que a história mostra é que essa construção da subjugação das mulheres, ocorre de acordo com os interesses masculinos.

Beauvoir procura compreender a subordinação e desigualdade das mulheres, abordando para isso a política de temas esquecidos e que ainda são tabus na sociedade, como a biologia, a iniciação sexual, o casamento e suas implicações na vida das mulheres, os relacionamentos amorosos, a velhice da mulher, ou seja, temas muito importantes na vida das mulheres, sobretudo para as feministas.

A visão construída sobre o homem e a masculinidade é de liberdade, de iniciativa e audácia por onde vai, a experiência feminina sempre no singular. Como já falado anteriormente, a palavra homem designa toda a “humanidade”, mas a palavra mulher se restringe a ela ou a um grupo de mulheres, nunca a humanidade inteira. A mulher acaba se restringindo ao mundo particular e a autorrealização individual. Aprende a desejar alguém externo a ela, o homem, porque isso lhe é ensinado, aprende a agradar as outras pessoas, mas ela não é ensinada a exercer a sua liberdade. Com isso, ela sente sempre uma insegurança, mesmo quando ela é bem-sucedida em algo, não fica confiante e segura.

Para Beauvoir a diferença entre mulheres e homens não é natural e sim acidental. O que a princípio pode parecer determinação biológica, na verdade foi uma construção social.

2.4 A PLURALIDADE DO GÊNERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL

Todas as expressões da sexualidade humana devem ser respeitadas, cada pessoa tem sua forma de se colocar no mundo, de expressar seus sentimentos, desejos, afetividade, sexualidade.

Como já foi expresso o ser humano é plural, não existe uma só identidade, uma só forma de ser, mas infinitas e inúmeras, porque cada ser humano está inserido num contexto social com várias referências, o que percebemos ao olhar para o meio social que existe uma diversidade cultural, sendo que essa diversidade repercute na questão no gênero. Sabemos

que não existe somente os dois gêneros masculino e feminino, existe um esforço da sociedade em manter essa identidade determinada pelo sexo, mas esse binarismo está sendo desconstruído, pois:

Todo ser humano é um ser ao mesmo tempo singular e universal. Sua singularidade e universalidade podem ser compreendidas analogicamente como o arquivo próprio e particular que todo mundo representa. Este arquivo remete tanto ao específico quanto ao geral e, embora acompanhe o indivíduo por toda sua vida, não é menos secreto para ele próprio, ou seja, mesmo sendo exclusivo e íntimo, nem todos os “dados e informações estão disponíveis. (FREITAS, 1999, p. 43)

Sabemos como o tema sobre a sexualidade é permeado por preconceitos, discriminações, estereótipos e estigmas. Existe um discurso hegemônico heterossexual sobre a diversidade sexual, que insiste em se sobrepor ao universo homossexual, bissexual e transexual, que abarca gays, lésbicas, travestis, transgêneros, assexuais e outros. Cada grupo tem suas singularidades, particularidades e especificidades. Pessoas são carregadas de subjetividade e a sociedade necessita desconstruir os rígidos papéis sociais na construção do gênero e diversidade sexual.

Por muito tempo as pessoas foram ensinadas a esconder sentimentos, desejos e, conseqüentemente, a sua identidade. Quando as pessoas não podem ou não conseguem demonstrar sentimentos, desejos, identidades, elas sentem uma frustração que desencadeiam em desgaste emocional, stress, problemas de ordem psicológica, dificuldades de relacionamento. Por todos esses elementos, é importante a pessoa ser compreendida e aceita na sua totalidade.

Como vimos anteriormente, sexo e gênero são distintos. Sexo se refere às características biológicas dos órgãos genitais masculino e feminino. A vagina caracteriza a mulher e o pênis o homem. Um fenômeno, puramente biológico, que não consegue determinar a orientação sexual de uma pessoa.

O gênero por sua vez, é um conceito subjetivo, não é biológico, a forma como a pessoa se vê diante do mundo, uma pessoa que nasce com o sexo feminino pode não se identificar com o gênero feminino, mas se identificar com o gênero masculino. Como já ficou entendido, o gênero é uma construção social, em que a pessoa pode ou não se identificar com a identidade biológica: homem ou mulher. Sabemos que existe um esforço muito grande por parte da sociedade para que esse modelo dominante de comportamento e sexualidade seja predominante.

Algumas instituições sociais como: igreja, família e escola defendem valores sociais, valores morais, espaço, regras de convivência que mudam de acordo com o interesse e

questionamentos da sociedade. No entanto, para essa sociedade sexo, gênero e orientação sexual, são conceitos fechados e o comportamento “heterossexual” é normativo, quem não se enquadra nesse padrão, acaba problematizando as estruturas desse sistema dominante.

Existe uma norma, um padrão que é heterossexual, muitas pessoas rompem com esse sistema dominante, os travestis, os transexuais, os/as transgêneros, pessoas não binárias, gênero fluido e outros (COLLING, 2018). Isso porque sexo, gênero e orientação sexual são âmbitos da vivência social. Pois o sexo não define o gênero e o gênero também não define a orientação de uma pessoa. Faz-se necessário reconhecer as diversas possibilidades, justamente reflexo da diversidade humana, para perceber a diversidade sexual, respeitando essa diversidade para que possamos construir uma sociedade mais justa, diversa, livre.

Alguns conceitos como cisgênero, travesti, pessoa não-binária, gênero fluido, transgênero são usados para definir essa diversidade, porém não são fáceis de definir, justamente por não existir um padrão.

Se a pessoa se identifica com o gênero que ela nasceu, ela é chamada de cisgênero. Beatriz Pagliarini Bagagli (2014) conceitua gênero: “[...] uma explicação simples é que se você se identifica com o gênero que lhe foi designado em seu nascimento, você é cis.”

No Brasil, travestis, são imaginados como “pessoas que nasceram homens e se vestem de mulher”, pensar assim é transfóbico pois desrespeita a identidade das pessoas. Os travestis são pessoas que tiveram um corpo tido como masculino, mas que se identificaram com o mundo feminino, por esse motivo realizam mudanças no corpo e no comportamento. Pensar travesti simplesmente como homem que se veste de mulher, além de transfóbico, é ignorar toda a identidade da pessoa, que vimos é construída através de uma história de vida, inserida num contexto, além da luta política que existe para que a sua identidade seja respeitada (COLLING, 2018).

Os transexuais são caracterizados pela sociedade como aquelas pessoas que querem fazer a “cirurgia de mudança de sexo”, no entanto nem sempre a pessoa que se identifica como transexual deseja fazer a “mudança de sexo”, às vezes se contentam com implantar ou retirar seios, tomar hormônios. O que leva muitas pessoas a pensar que muitas transexuais são travestis. Aqui é importante entendermos que as categorias não devem ser tão rígidas, pois estamos falando de identidade e é importante respeitar o modo como as pessoas querem ser identificadas. Para Colling (2018, p. 35): “Existem modos de ser travesti e modos de ser transexual que irão fazer com que as pessoas se identifiquem ou não com essas identidades”.

Nessa perspectiva, faz-se necessário fazer algumas distinções dentro da prática sexual e identidade. A pessoa homossexual, na maioria das vezes, se identifica como gays ou

lésbicas, ou seja, se relacionam com pessoas do mesmo gênero/sexo e se identificam como homossexuais. Sabemos que a linguagem é carregada de significados, que podem soar como ofensa. É o caso da palavra bicha usada para gay e sapatão usada para lésbicas que pode ser usada como pejorativo pela pessoa que se identifica heterossexual (COLLING, 2018).

O bissexual é aquele que pratica sexo tanto com pessoa do mesmo sexo/gênero como do sexo/gênero oposto e a identificação da pessoa é com a bissexualidade. Pode haver confusão entre bissexualidade e pansexualidade, no entanto, são diferentes. O pansexual pode sentir atração sexual/afetiva por qualquer pessoa, independente da identidade de gênero e sexo da pessoa. Lembrando que é importante perceber a forma como as pessoas se identificam, estamos falando da importância da identidade desde o início, e não a categoria que o outro vai atribuir em relação ao gênero e sexualidade (COLLING, 2018).

O assexual é aquela pessoa que não tem interesse sexual por outras pessoas independente do sexo/gênero. O *queer* também é considerado uma identidade, a princípio considerado como algo estranho e que rejeita classificações, hoje contempla muitas pessoas e fazem parte dos movimentos de vários países.

Temos as pessoas transgêneras que também existe uma dificuldade de entendimento, pois elas podem se identificar como não-binárias, gênero fluido outras expressões, ou seja, elas transitam entre os gêneros. Essas pessoas não se identificam como homem ou mulher. A sociedade construiu essa dicotomia de identidade masculino e feminino, as pessoas transgêneras se sentem livres para transitar entre os gêneros e sempre estão construindo o gênero, elas não se escondem, porém ocasiona muitas interpretações erradas por parte da sociedade que consideram as trans como homossexuais. O que é um erro, pois elas podem se identificar com heterossexuais, bissexuais, pansexuais, entre outras. Não é algo estático, mas fluido.

Como podemos perceber existe uma resistência e várias tensões principalmente entre os conservadores e as pessoas feministas e LGBT, o que derivou um termo muito usado hoje em dia: a ideologia de gênero. Que segundo Rogério Junqueira, foi criada pelos católicos nos papados de João Paulo II (Karol Wojtyła) e Bento 16 (Joseph Ratzinger).

A sociedade de uma forma geral comete equívocos por não quererem compreender e dizer inverdades sobre o que a identidade de gênero ocasionaria na sociedade. Os defensores religiosos alegam que a homossexualidade não é algo “natural”, defendendo inclusive que a homossexualidade volte a ser considerada doença. Não existe um consenso em dizer se existe ou não gene genético que interfira na orientação sexual. Independente disso, todo ser humano passa por um processo de identificação, por cada pessoa ter um processo, não existe uma

forma de homogeneização de comportamento. O ser humano é diverso, assim toda identidade humana é legítima. Não existe uma forma de ser. Ser heterossexual é uma forma de ser e não uma norma. Assim como ser homossexual, ser bissexual, ser travesti, ser transexual, são formas diferentes de vivenciar a sexualidade e o gênero.

Outro fator que a sociedade aponta é que as pessoas LGTB são riscos porque iriam destruir a família. Perguntamos que família seria essa? A família nuclear constituída por pai, mãe e filhos. Mais uma vez aqui, encontramos o conservadorismo e a falta de conhecimento histórico das construções sociais, pois no passado as famílias eram grandes clãs, onde os casamentos eram arranjados pelos pais dos noivos. Esse modelo nuclear, importante ressaltar, que é um modelo burguês, em nosso país, é muito comum as crianças serem criadas por avôs (ós), tios (as), amigos (as), ou sem a presença do pai, somente com a presença da mãe, ou seja, defender esse “ideal” de família, que muitas vezes nem existe, reforça o ódio para outros tipos de constituição de família e da população LGTB. Esta família formada por pai, mãe, filho seria considerada uma sociedade civilizada, o que é contraditório, pois historicamente a sociedade nem sempre foi “civilizada”, passamos por longos períodos de barbárie, a família segue a mesma dinâmica da sociedade, se moldando às mudanças ao longo do tempo.

3 METODOLOGIA

As pesquisas pós-críticas no Brasil, notadamente na Educação, contribuíram de forma definitiva e relevante para a conexão de aspectos múltiplos que determinam os fenômenos do campo de gravidade que circunda a Educação em sentido lato, ao mesmo tempo compreende estes múltiplos fenômenos como processos em constante metamorfose de implicações sociais.

O pós-estruturalismo rompe com os conceitos estruturais, entendidos como paradigmas que buscam estudar os constructos sociais, nesse sentido, Peters (2000, p 77) esclarece:

[...] o método estrutural foi aquele inaugurado pelos linguistas e depois ocasionado paradigma nas ciências humana; tal método se propõe ao estudo das funções estruturais, a busca das correspondências internas e sincrônicas entre os objetos. Partindo da linguagem e dos estudos de parentesco, ao inconsciente e à psicanálise, o esforço do método estrutural, de acordo com este argumento, foi investido nas mais diversas disciplinas.

Para Corazza (2001), o pós-estruturalismo surge como uma forma de repensar, reanalisar as teorias estruturalistas, instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados verdades absolutas. Este trabalho busca problematizar o tema e fazer uma análise do currículo na perspectiva do gênero e diversidade e o papel do gestor em aplicá-lo de forma crítica.

As pesquisas pós-críticas em educação não se interessam e não tem como objeto de pesquisa as verdades ou pilares universais, nem acreditam no conceito de totalidades, nem de completudes ou plenitudes, como defende as teorias críticas. Em vez disso, optam claramente por explicações e narrativas parciais, pelo local e pelo particular, sempre em constante metamorfose. Como pontua Silva (1993), não acreditam na “suposta” autonomia do sujeito ou da subjetividade, posto que compreende a sociedade humana como produto/produtora de narrativas permeadas por disputa de poder e representações sociais, ou seja, consideram o sujeito um efeito da linguagem, dos textos, do discurso, da história, dos processos de subjetivação.

Corazza (2001), ressalta-se também que essa teoria não se preocupa com comprovações daquilo que já foi sistematizado na educação (dogmas pedagógicos e idealizações sobre a educação), nem com “revelações” ou “descobertas”. Prefere a invenção, a criação, o artefato, a produção. Procura compreender o surgimento e valorização dos fenômenos sociais.

Assim, a Teoria Pós-Crítica posiciona-se contra a fixidez de significados, de narrativas, de valores, de classificações, de subjetividades, de verdades, nega a naturalização dos fenômenos humanos. Nesse sentido, Andrade (2008) afirma que essa teoria pressupõe a desconstrução dos fenômenos sociais (no sentido mais amplo do termo) para destacar as múltiplas determinações que atravessam estes fenômenos, sobretudo questões de poder e representações simbólicas e sociais.

Ainda utilizando o pensamento de Andrade (2008), ressalta-se que essa teoria enfatiza a linguagem e a narrativa como elementos primordiais para a construção social, recebe influências da chamada “filosofia da diferença”, do pós-estruturalismo, do pós-modernismo, da teoria *queer*, dos estudos feministas e de gênero, dos estudos multiculturalistas, pós-colonialistas, étnicos, ecológicos etc., as teorias pós-críticas realizam, no campo educacional brasileiro, substituições, rupturas e mudanças de ênfases em relação às pesquisas críticas.

Suas produções e invenções têm pensado práticas educacionais, currículos e pedagogias que apontam para a abertura, a transgressão, a subversão, a multiplicação de sentidos e para a diferença.

Outra contribuição necessária é a compreensão de Lopes (2013), ao destacar que o pós-estruturalismo constitui-se em debate significativo, em que autores como Foucault e Lacan, inicialmente vinculados ao estruturalismo, vão construindo teorias que acabam questionando as concepções estruturadas de linguagem, especialmente “em torno da crítica a Saussure pela defesa da flutuação de sentidos do significante e pela desestruturação da unidade do signo” (LOPES, 2013, p. 50)

Neste trabalho o pós-estruturalismo será uma ferramenta fundamental para análise dos dados colhidos, já que por meio deste método pode-se desconstruir, no sentido desvendar os discursos do grupo pesquisado.

Pode-se incluir nesse debate a concepção desconstrutivista de Derrida, que com sua noção de suplemento contribui definitivamente com a desconstrução da estrutura do signo, em uma expectativa de que “todo o conhecimento é então interpretado como um discurso e conectado ao poder” (LOPES, 2013, p. 66)

Reiteramos que para alcançar os objetivos propostos, utilizaremos a metodologia de pesquisa pós-crítica de abordagem qualitativa, com o intuito de observar como as interações sociais ocorrem em diferentes momentos, como o comportamento humano vai se modificando, assim percebemos como o sujeito se constitui e interage com o meio social em que está inserido.

Como já apontado anteriormente, a metodologia pós-crítica pretende desconstruir

paradigmas construídos como verdades tanto nas relações sociais como no currículo, assim buscar e encontrar novos caminhos para as diferentes realidades sociais e novos elementos para um currículo que respeite as diferenças individuais do sujeito, ao mesmo tempo que o integre na sociedade.

Dentro desta perspectiva, Paraíso (2014) aponta que as questões que envolvem as metodologias pós-críticas são as que exigem mais esforços nas investigações do currículo, justamente pelo motivo de não se ter um método recomendado, sendo necessário construir uma metodologia e isso depende dos questionamentos, das interrogações e problematização das questões que se formula.

Na pesquisa foi utilizado o seguinte roteiro:

1. Questionamento de formação específica do gestor(a);
2. Como o gestor(a) lida com a questão de gênero e diversidade sexual na escola;
3. O gestor(a) sabe definir gênero e diversidade sexual;
4. Como a comunidade escolar e os professores lidam em relação ao gênero e diversidade sexual;
5. Os coordenadores pedagógicos se eles interferem ou fazem acompanhamento da aplicabilidade do currículo, em relação ao tema do projeto;
6. Qual a interferência do gestor(a) em relação a aplicabilidade integral do currículo;

Para Paraíso (2014) se faz necessário interrogar os mais diferentes currículos, parte-se do que é conhecido para buscar novos caminhos, ter um novo olhar, para isso tem que se interrogar textos, encontrar novas possibilidades, problematizar e rever saberes produzidos, caminhos que foram trilhados por outros.

Sob esse prisma a pesquisa buscou abordar diferentes olhares dos temas propostos, por meio dos questionamentos submetidos ao grupo de gestores(as).

As pesquisas pós-crítica em educação envolvem pressupostos que precisam ser considerados, esses são importantes para a trajetória da pesquisa, pois os modos de interrogar devem estar adequados à perspectiva que se deseja trabalhar.

Na pesquisa, os pressupostos utilizados referem-se àqueles elaborados por Paraíso (2014). Segundo a autora, 08 premissas são necessárias para conduzir as investigações e trajetórias de pesquisa.

Importante destacar que os pressupostos dentro da teoria pós-crítica representam uma forma reduzida e incompleta de alguns temas centrais da teoria, são um novo olhar para encontrar caminhos diferentes a serem seguidos. Tais pressupostos conduzidos pelo pensamento de Paraíso (2014) são: 1 - Nosso tempo vive mudanças significativas na

educação; 2 - Educamos e pesquisamos em um tempo diferente; 3 - as teorias, os conceitos e as categorias que podem explicar as mudanças na vida, na educação e nas relações que nelas estabelecemos são outros; 4 - a verdade é uma invenção, uma criação; 5 - o discurso tem uma função produtiva naquilo que diz; 6 - o sujeito é um efeito das linguagens; 7 - existem relações de poder de diferentes tipos; 8 - a diferença é o que vem em primeiro lugar e é ela que devemos fazer proliferar em nossas pesquisas.

Deste modo, ao construir metodologias pós-crítica, por não ter um método roteirizado, somos nós mesmos que construímos a trajetória da pesquisa, bem como objetivos, interrogações, procedimentos, teorias e conceitos, com a finalidade de transformar o recebido. Assim como sinaliza Paraíso (2014), nada é fixo, permanente, portanto, busca-se quebrar as barreiras das disciplinas, desconstruir oposições binárias que construíram tantas hierarquias entre as pessoas e as coisas do mundo.

Para isso, a pesquisa tratou de coletar, encontrar, juntar informações disponíveis sobre o objeto. O foco de visão é tudo em todos com o intuito de ressignificar, aprender com os diferentes campos do saber, e assim ver o que era antes e o que vem depois.

Para o trajeto desta pesquisa procurou-se o que foi produzido sobre o objeto de estudo, para compreender a leitura dos “ditos e escritos”, assim, ver os processos de desmontagem, remontagem, composição e recomposição. Ler com paciência sobre o que já foi produzido, interrogar possíveis legados de outros que nos antecederam, além de analisar, problematizar e encontrar outros caminhos para produzir sentidos para a educação e currículo. Encontrar novas formas de interrogar diferente do nosso, ler para aprender a fazer conexões inesperadas, estimular a ver algo desconhecido e mobilizar o pensamento. Assim, autores que têm doutrinas são descartados, pois doutrinas não movem e nem mobilizam os pensamentos.

De acordo com Paraíso (2014) a pesquisa acontece quando um acontecimento se choca com o outro. Ler atentamente é tão importante como descrever detalhadamente para se estabelecer outra relação entre o discurso e aquilo que ele nomeia. Descrever para fazer as rupturas que são necessárias para construir outros conceitos, outras linguagens, outras práticas para o currículo e educação. Descrever e analisar as relações de poder dentro de um discurso, explicar como essas relações acontecem e suas implicações.

Pretendia-se com a pesquisa multiplicar análises, resultados, significados, diferenças, olhares, pluralizar novas perspectivas, criar novos sentidos, romper, pois sem uma ruptura não é possível criar, explorar para abertura e multiplicação de sentidos, além de buscar a abertura, numa nova perspectiva de investigação. As metodologias pós-críticas são construídas, ressignificadas, inventadas, pois podemos usar procedimentos que conhecemos, mas não

devemos ficar prisioneiros dessas práticas.

Nesse raciocínio utilizamos a entrevista narrativa nos termos de Sandra Andrade (2008, p. 177), dado que pressupõe que a verdade e os fatos não são revelados pelas entrevistas, “[...] mas pode-se considerá-las como a instância central que, somada a outras, traz informações fundamentais acerca do vivido e possibilita uma interpretação (mesmo que provisória e parcial)”.

Dentro dos apontamentos realizados até aqui, esse trabalho utilizou a pesquisa em educação pós-crítica para compreender e analisar a responsabilidade do gestor(a) no ambiente escolar, como o currículo pode ser trabalhado e alterado dentro da questão do gênero e diversidade sexual, para que se possa traçar um caminho diferente.

O gestor(a) é um sujeito dentro da área educacional com uma responsabilidade de extrema importância, ele pode direcionar debates sobre a questão do currículo, pode intervir em questões internas e externas referente ao ambiente escolar, propor, dar suporte. Dentro do estudo a que esse trabalho pretendeu, se fez necessário destacar como o gestor compreende o currículo frente às questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Foi escolhido um grupo de 10 Escolas que fazem parte da jurisdição de Paranaíba da Coordenadoria Regional de Educação (CRE-10) da rede estadual do Mato Grosso do Sul, dos municípios de Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul e Inocência. Essa escolha desses municípios deu-se em razão da ausência de pesquisas em educação que abordem essa temática, uma vez que nessas cidades não têm universidades e até mesmo o campo de pesquisa na área da educação.

O pesquisador utilizou um questionário para caracterizar as experiências dos/as gestores/as. À princípio foi pensado uma entrevista pessoal com os/as gestores/as, mas devido à pandemia e o isolamento social, para evitar contato físico, foi feito em forma de questionário encaminhado aos e-mails de cada pessoa. Com esse questionário foi feita a coleta de dados, o que caracterizou uma entrevista narrativa com um roteiro pré-definido. Com a entrevista narrativa, pretendemos compreender as concepções de gestores/as sobre gênero e diversidades sexuais que podem refletir na invisibilidade e/ou apagamento desses assuntos no âmbito da proposta curricular das escolas da região pesquisada.

O uso desse método de coleta de dados, conforme Andrade (2008, p. 176) entende-se por entrevista narrativa:

Entendo que o caminho metodológico, proposto, ancorado em uma perspectiva etnográfica, não é novo; já foi inúmeras vezes trilhado. O que pode ser considerado original é o foco na entrevista, compreendendo-a como narrativa de si, é a compreensão que cada pesquisador/a, na relação como o outro/a, ressignifica o fazer

metodológico em sua trajetória pessoal e investigação.

Além de entender o universo escolar, também quisemos compreender se o/a gestor/a teve alguma formação específica, em relação a questão de gênero, como enfrenta a questão do gênero e diversidade sexual; como a comunidade escolar e os professores percebem a questão do gênero; que tipo de interferências o gestor poderia fazer sobre o tema; se o gestor entende a definição de gênero e diversidade sexual. Além de abordar essas questões, também observar se o gestor abordaria o assunto no ambiente escolar, bem como com os alunos, pais, professores sem rótulos e preconceitos e se estaria disposto a desconstruir certos paradigmas.

Com esse trabalho não se pretendeu criticar o gestor(a), e sim entender como trabalham no dia a dia com uma questão importante, pois “[...] é possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de escolarização, pois falam de si, reinventando o passado, ressignificando o presente” (ANDRADE, 2008, p. 177).

O trabalho é de observação, de compreender que a pluralidade existe e precisa ser respeitada, coletar dados que pudessem ser analisados no contexto, considerar a experiência dos gestores, suas vivências, além de analisar as narrativas de cada um, pretendeu-se também questionar com o intuito de que algo novo possa provocar a curiosidade dos mesmos sobre o assunto, pois “[...] as entrevistas não permitem dizer uma ou a verdade sobre as coisas e os fatos, mas pode considerá-las como instância central que somada a outras, traz informações fundamentais acerca do vivido e possibilita uma interpretação”. (ANDRADE, 2008, p. 177).

Para a autorização da pesquisa foi realizado o contato via email e ou telefone com a secretária estadual de educação com os seguintes procedimentos: 1 - apresentação da pesquisa; 2 - formalização de aceite ou recusa. Após o aceite o procedimento: 1 - contato dos gestores(as) das respectivas escolas dos municípios citados da região pesquisada; 2 - apresentação do termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE); 3 - formalização do TCLE; 4 - aplicação da entrevista narrativa.

Em razão da pandemia do novo corona-vírus (Sars-cov-2), as entrevistas ocorreram no formato de questionário, sendo que o roteiro com as perguntas foram encaminhado no e-mail dos(as) gestores(as) que resolveram participar da pesquisa.

Após a aplicação da entrevista narrativa, foi feita a análise dos conteúdos das informações prestadas pelos(as) gestores(as) a fim de eleger os que seriam incluídos na pesquisa e os que seriam excluídos. O critério de elegibilidade para os que foram incluídos foi as contribuições que as experiências desse gestor(a) trouxeram para pensar o currículo na perspectiva do gênero e o de exclusão, foram aqueles que não trouxeram experiências significativas sobre o assunto ou que decidiram por não participar da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apresentado, o questionário foi constituído de 3 partes, divididas em: I – Informações pessoais; II – Profissão docente e III – Aspectos Qualitativos.

O questionário foi respondido por nove gestores/as. Na parte I, eles/as responderam sobre gênero, sexualidade, religião, idade, estado civil e raça/etnia. A pesquisa não pretende expor nossos/as gestores/as, desta forma usaremos para identificá-los ao longo dos resultados gestor/a 1, gestor/a 2, gestor/a 3, gestor/a 4, gestor/a 5, gestor/a 6, gestor/a 7, gestor/a 8 e gestor/a 9.

Do total de 9 pessoas consultadas, 7 são do gênero masculino e 2 do gênero feminino; os nove são heterossexuais; cinco responderam ser católicos, dois evangélicos, um espírita e um disse que é de religião cristã (não sendo possível dizer de qual vertente); a idade das pessoas entre 38 e 63 anos; sendo 8 pessoas casadas e uma solteira; sendo 7 pessoas brancas e uma parda e uma preta.

Na parte II, em relação à formação profissional, os gestores/as possuem a formação em suas respectivas áreas de formação: sendo dois com formação em Letras/Inglês, dois em Geografia, dois em Ciências Biológicas, um em Pedagogia, um em Matemática e um em Educação Física. Quando perguntado se possuem especialização (*latu sensu*), 8 responderam que sim e um, respondeu que não. Dos 8, dois possuem Mestrado (*strictu sensu*). Quando perguntado a quanto tempo estão na atuação como educadores:

Gestor/a1: 16 anos, sendo 3 anos em gestão escolar

Gestor/a 2: 30 anos, sendo 11 anos em gestão escolar

Gestor/a 3: 17 anos, sendo 7 anos em gestão escolar

Gestor/a 4: 29 anos, sendo 7 anos em gestão escolar

Gestor/a 5: 18 anos, sendo 2 anos em gestão escolar

Gestor/a 6: 39 anos, sendo 24 em gestão escolar

Gestor/a 7: 24 anos, sendo 3 anos em gestão escolar

Gestor/a 8: 37 anos, sendo 10 anos em gestão escolar

Gestor/a 9: 21 anos, sendo 6 anos em gestão escolar

O que podemos analisar é que possuem um tempo considerável na área da educação, mesmo que não estejam a muito tempo na gestão escolar. Ou seja, questões de gênero e sexualidade estão presentes no dia a dia do ambiente escolar, quando um aluno chama o outro

de “mulherzinha” ou “viadinho”, é uma questão para se trabalhar, não podemos dizer que alguém que trabalha com educação nunca ouviu isso. Ela/e pode não conversar sobre o assunto, talvez por não saber abordar, mas isso é apenas um exemplo do que acontece na escola. E quem disse isso está reproduzindo um discurso aprendido. Quando perguntado se possuem alguma formação em gênero ou sexualidade, os/as nove responderam que não possuem tal formação. Do grupo analisado, 100% não possuem qualquer formação, por mais superficial que seja, na questão do gênero e sexualidade. Sendo um fato muito importante que nos revela no nosso microuniverso, ou seja, um total de 9 gestores/as numa região do Mato Grosso do Sul, que não possuem formação, para algo muito maior em relação a dimensão continental do nosso país.

Como podemos trabalhar com questões tão importantes como gênero e sexualidade, se os próprios educadores e gestores possivelmente não sabem trabalhar com a questão do gênero. É um assunto polêmico, é assunto que vem sendo mais abordado atualmente e exige que a pessoa tenha ao menos a curiosidade para entender o que é gênero, caso contrário, ainda estamos repassando uma visão dominante e um modelo binário voltado para sexo masculino e feminino.

Na parte III, elaboramos perguntas mais específicas para observar como os gestores reagem diante de algo tão expressivo na nossa sociedade. Vamos apresentar aqui as questões e as respostas dos/as mesmos/as.

Pergunta 12: O que você entende por sexualidade?
--

Gestor/a 1	São os caracteres que define o sexo da pessoa.
Gestor/a 2	Comportamento que o ser humano tem e que satisfaça sua necessidade sexual.
Gestor/a 3	Entendo que sexualidade pode estar relacionado ao sentir, tocar, vivenciar.
Gestor/a 4	Entendo que está relacionado ao conhecimento do desejo sexual ou pelo toque ou pelo sentir ou pelo prazer.
Gestor/a 5	Sexualidade envolve os sistemas reprodutores e os mecanismos de reprodução e suas relações no geral.
Gestor/a 6	É um sentimento personalíssimo de cada ser humano, onde se aflora suas necessidades corporais, onde há um desejo de satisfação, ou seja, um

	desejo sexual.
Gestor/a 7	É o carinho e o desejo de proximidade entre as pessoas.
Gestor/a 8	O interesse sexual da pessoa heterossexual, homossexual, pansexual, dentre outros.
Gestor/9	Sexualidade está ligada aos sentimentos. Autoconhecimento

Antes de analisarmos às questões sobre o questionário aplicados aos/às gestores/as da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul, sobre gênero e sexualidade, temos que ressaltar alguns aspectos importantes. Nesta pesquisa, já foi mencionado que a escola é um espaço social, como espaço social não convém que ela reproduza um comportamento, uma única forma de ver o mundo, mas que ela tenha condições de encarar novas possibilidades e agir para que uma sociedade seja transformada através do conhecimento.

As pessoas são plurais, a escola além de possibilitar um ambiente em que todos/as possam expressar sua individualidade e pluralidade, ela precisa promover debates que combatam qualquer tipo de discriminação e entender que a identidade de cada um

[...] não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. (SILVA, 2007, p. 96)

Dentro do espaço social que abarca a escola, sabemos que ela foi alvo de ataques por parte dos mais conservadores, que sobretudo usaram muito a expressão “ideologia de gênero” com o discurso de preservar a família e as crianças. Pessoas foram desrespeitadas e atacadas por sua sexualidade. Sabemos que o trabalho dos/as professores/as foi muito difícil, que sofreram ataques, perseguições, sobretudo de um movimento chamado “Escola sem Partido” que combatia dentre vários assuntos, questões sobre gênero e sexualidade. Jair Bolsonaro, juntamente com seus aliados, promoveu uma série de ataques à educação, usando um discurso bem conhecido de pátria, Deus e família. Discurso conservador defendido por uma parcela sociedade, que sempre se reproduz e promove muita desigualdade e que não é mais justificável

[...] o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irreconhecível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade social. (LOURO, 2012, p. 24-25)

Tudo que é trabalhado na área da educação não é escolhido aleatoriamente, como já vimos em currículo, tem uma parte comum e outra diversificada, o que possibilita uma certa

autonomia à escola, porém tudo é previsto na legislação. Nenhum/a gestor/a decide por si só sobre algo a ser trabalhado, esse trabalho é feito juntamente com professores/as, comunidade escolar, que decidem o que é necessário para aquela realidade escolar. Dentro dessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais, também chamados de PCNs (BRASIL, 2001) trouxeram propostas de trabalho, sobretudo no Ensino Fundamental, com o objetivo de uma formação para a cidadania, formar pessoas críticas, conscientes que possam compreender a diversidade cultural. Somos um país com culturas diferentes de norte a sul, vários povos fizeram parte da constituição do nosso país e trouxeram elementos da cultura deles e que foram absorvidos pela nossa cultura. Compreender o que nos constitui como povo é um elemento importante na formação das pessoas. Os PCNs nos aponta que a escola é o lugar para se posicionar contra qualquer tipo de discriminação ou preconceito e direciona no sentido de discutir sobre a sexualidade. A sociedade muda e não discutir sobre sexualidade, não é mais possível em nossa sociedade.

Tivemos um retrocesso, sobretudo em relação a BNCC (BRASIL, 2018), em que questões sobre gênero e sexualidade foram praticamente retirados durante o governo negacionista e conservador de Jair Bolsonaro. Mesmo sofrendo muitos ataques, temos documentos que embora tenham sofrido de alguma forma, não deixaram de existir. O PNL (2011-2014) foi duramente criticado e atacado, porém o STF decidiu sobre a liberdade do ensino e sua pluralidade. Agressões à população LGBTQIA+ passou a ter o mesmo enquadramento que o racismo.

O que fica evidente é que a melhor forma de combater discriminações não é tratar como se não existisse, mas é justamente abordar. Não falar sobre o assunto, gera mais preconceitos. Questões devem ser trazidas à reflexão, ao questionamento, a desconstrução de valores, de estereótipos sobre gênero e sexualidade (LOURO, 1997). É preciso investir na formação e capacitação de professores/as para que eles/as possam agir diante dos acontecimentos no ambiente escolar. Conflitos sempre existirão na escola, como que pode ser solucionado sem causar constrangimentos para as partes envolvidas, como o educador pode intervir da melhor forma na solução de um conflito. Além da teoria, o/a professor/a necessita de conhecimento prático e conhecer a legislação, argumentar quando questionado sobre o seu trabalho como educador/a.

Adentremos então às questões aplicadas aos/às gestores/as. A pergunta 12 questiona sobre o que eles/as entendem por sexualidade. É possível perceber que não possuem uma visão muito clara sobre sexualidade. Por exemplo, a resposta do Gestor 1: “São os caracteres que define o sexo da pessoa”, existe uma preocupação maior em definir o que é sexo do que a

sexualidade. Como apontado por eles/as mesmos/as não possuem nenhum curso de formação na área de gênero e sexualidade. Algo importante de se notar, pois a escola pode perpetuar uma norma ou transformá-la. Pode insistir numa norma, num comportamento padrão ou fazer novas abordagens sobre assuntos e desta forma agir. Essa norma padrão, seguida como modelo, Louro (1999) denomina de modelo heteronormativo que é a forma predominante de uma grande parte da sociedade, ou seja, de homens se relacionarem sexualmente com mulheres e vice-versa. Assim considera-se normal o comportamento heterossexual, para justificar o que é aceitável ou não, simplesmente não se aborda outras formas de sexualidade, que não são aceitas por essa grande parte da sociedade, ao não se abordar, não se leva em conta outras sexualidades e predomina-se o modelo que é tido como normal. Quando falamos a escola, não nos referimos ao prédio, mas às pessoas que lá estão e que a compõem, assim a equipe escolar precisa direcionar e intervir onde for necessário, além de esclarecer e propiciar ambiente acolhedor e transformador na vida dos/as alunos/as.

Dentro dessa perspectiva heteronormativa, também está implícito que o mundo é dividido em masculino e feminino, macho e fêmea, e quando se tem uma visão restrita ao sexo biológico e de normatizar o sexo entre macho e fêmea, acabamos por ratificar que esse é o comportamento normal que deve ser adotado pelos/as crianças, adolescentes, adultos/as. Interessante que isso é reproduzido no contexto escolar, que a pessoa é definida pelo sexo biológico. Aqui não se trata de pessoas comuns, se trata de gestores/as, educadores/as que necessitam direcionar os/as estudantes, no entanto, é possível perceber que eles/as não têm uma visão abrangente sobre sexualidade.

Continuando com as perguntas respondidas. Agora em relação ao gênero.

Pergunta 13: E sobre gênero?

Gestor/a1	Gênero masculino e feminino. Propriedade comum dos indivíduos.
Gestor/a 2	Característica que o ser humano possui e representa na sua individualidade em ser masculino ou feminino.
Gestor/a 3	Que é do modo como o indivíduo se identifica como gênero.
Gestor/a 4	Conjunto de características ligadas a masculinidade ou feminilidade.
Gestor/a 5	Inicialmente usado para distinguir sexo biológico, atualmente atribuído para como a pessoa se reconhece.
Gestor/a 6	Quando o ser humano nasce, ele tem características corporais que o

	distingue biologicamente como masculino ou feminino o qual será constatado na sua certidão de nascimento, no entanto, esse ser humano poderá não se identificar com essas características e passará a fazer a construção de sua sexualidade a ser definida possivelmente no decorrer da adolescência.
Gestor/a 7	É a diferença existente entre o sexo masculino e feminino.
Gestor/a 8	É como a pessoa se identifica: cis, transexual, não binário, entre outros.
Gestor/a 9	O que define uma classe, espécie masculino, feminino.

O que discutíamos anteriormente, aqui nessa pergunta fica ainda mais evidente, percebemos o modelo binário, tão divulgado em nossa sociedade. Apenas o/a gestor/a 8 respondeu sobre “cis, transexual, não binário, entre outros”. Se jogarmos num plano cartesiano, fica bem explícito, um quadro matemático, como se tudo fosse resumido em dois polos e nada mais. Estamos diante de algo muito sério e que necessita ser abordado com mais atenção e cuidado. Aqui estão estabelecidas a relação do patriarcado. Como já vimos, em todas as esferas humanas existem uma relação de poder que permeia e determina o comportamento de toda uma sociedade.

Estamos diante de mecanismos de controle e normatização do corpo, apontado por Foucault (2002). Usa-se o conhecimento como constituição de saber e relação de poder, uma vez que o poder produz saber e saber produz poder, ou seja, o lugar de exercício do poder é o mesmo local da formação do saber, estão diretamente ligados

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação dos discursos, com objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada - o homem - como produção do poder. Mas também o mesmo tempo como objeto de saber. (FOUCAULT, 1985, p. 20)

É algo que é passado tão naturalmente, que quando se tenta quebrar com o padrão, se estabelece uma luta. Como podemos perceber em Foucault, as relações foram estabelecidas ao longo de muitos séculos. Pessoas foram mortas por não se “adequarem” ao modelo estabelecido, pessoas foram tratadas como doentes e com a religião foram julgadas por não serem como Deus quer. Para o autor, que estudou sobre relação de poder e conhecimento, o poder é usado como forma de controlar e definir o conhecimento, sendo o conhecimento científico uma das formas utilizadas para controle social.

Assim como tudo o que é humano, o gênero é uma construção discursiva que reproduz um dado momento histórico e social e é normatizado por relações de poder:

Através dos processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2007, p. 6)

Embora, tenhamos uma abertura maior, esse espaço foi conquistado através de muita luta, mesmo assim nos deparamos com o pensamento machista, conservador, patriarcal que não quer que mudanças ocorram. Daí a importância de termos educadores/as que tenham esse conhecimento e que queiram provocar em seus/uas alunos/as, a discussão saudável, para entender essa sexualidade humana, entender o gênero, para que eles/as percebam que isso é muito humano, que cada um tem seus direitos, seus deveres, que o respeito, a igualdade, a equidade, a liberdade devem ser conquistadas por todos/as. Preconceitos e discriminações devem ser combatidos. Por isso, a importância de se investir na formação do/a professor/a, como podemos querer uma sociedade de transformação, se aqueles que estão no comando da formação das crianças, jovens e adolescentes não possuem uma visão mais abrangente sobre sexualidade e gênero. Quando falamos que os estudantes estão sempre aprendendo, implica também ao/à professor/a, porque não sabemos tudo, mas se desconhecemos determinado assunto, vamos estudar e aprender também no dia a dia com os/as alunos/as.

A escola é um local com muita diversidade, tem-se a importância de se esforçar em compreender, como aponta Louro (1997, p. 27):

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, (e ao mesmo tempo eles podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero, quanto na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento.

Não nascemos prontos e programados para ter determinado comportamento, a sexualidade assim como o gênero são invenções sociais construídas a partir de vários discursos sobre o sexo:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino e masculino – nos corpos é feita, sempre no contexto de uma determinada cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de

gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2007, p. 6)

Aprendemos a ser homens e mulheres através dos discursos reproduzidos nas diversas redes sociais que estamos inserido como educação, religião, ciência e vários outros. Louro aponta:

[...] nenhuma forma de sexualidade é natural e espontânea, mas que, em vez disso, todas as formas de viver a sexualidade são produzidas, ensinadas e “fabricadas” ao longo da vida, através de muitas pedagogias escolares, familiares, culturais, através de instâncias e práticas. Parece importante lembrar também que a forma que vivemos nosso gênero, feminino ou masculino, também é cultural, é histórico, é aprendida. Assim como ninguém nasce mulher, mas se torna mulher (conforme a famosa expressão de Simone de Beauvoir), ninguém nasce homem, mas se faz homem ao longo da existência. Aprende-se a viver como homem ou mulher na cultura [...] (LOURO, 2009, p. 35)

Pergunta 14: E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Gestor/a 1	Transição social que passa o indivíduo com o sexo que ele se identifica.
Gestor/a 2	Pessoa que nasce com determinado sexo e não sente como tal.
Gestor/a 3	Travestilidade: indivíduo de determinado gênero que usa roupas e adota expressões de outro, mas que não deseja necessariamente as características primárias. Transgeneridade: identidade de gênero muda dos graus do sexo biológico. Transexualidade: pessoa que passa por transição a fim de parecer com a sua identidade de gênero.
Gestor/a 4	Entendo muito pouco.
Gestor/a 5	Travestilidade a pessoa se comporta como pessoas de outro sexo, transgeneridade identidade de gênero diferente do sexo e transexualidade optam por fazer alterações no próprio corpo.
Gestor/a 6	A partir do momento em que o ser humano não se identifica com suas características biológicas, ele passará a ter conhecimento dos anseios do seu corpo e fará uma definição do seu gênero sexual, onde optará por um dos diversos gêneros que o ser humano pode se identificar.
Gestor/a 7	Travestilidade – pode ser quando rejeita a masculinidade, procurando identificação com a feminilidade.

	<p>Transgeneridade – são pessoas que possuem a percepção de pertencer a um gênero que não condiz com o atribuído pela genitália de nascimento. Nesses casos, o sentimento de discordância entre o sexo biológico e o gênero geralmente é experimentado pelo indivíduo ainda na infância.</p> <p>Transexualidade – condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento.</p>
Gestor/a 8	Não sei bem a diferença entre os 3, transexualidade é quando a pessoa não se identifica com o sexo biológico; transgeneridade é quando a pessoa está em trânsito entre os gêneros e travestilidade é uso de acessórios e roupas de outro gênero.
Gestor/a 9	Opção de vida livre de uma pessoa.

O que podemos observar é a objetividade diante dos termos. O contexto social e histórico da pessoa é simplesmente ignorado e mais uma vez temos o foco em sexo biológico, escolha do que a pessoa quer ser, como se fosse algo muito objetivo e simples. Sem levar em consideração as dores que a pessoa sente por não se identificar com determinado gênero que geralmente acaba sendo imposto pela sociedade. Não é possível reduzir características femininas e masculinas apenas sob a ótica da biologia

[...] aquelas/es que empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida a um processo, para uma construção, e não para algo que existia a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 2012, p. 27)

As pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos são vistas como desviantes, como variações não-hegemônicas, porque elas transgridem as normas cisheteronormativas. O que fica evidente é que os corpos são criações sociais, como vimos, o patriarcado construiu uma forma aceita como normal e impôs uma obrigatoriedade do desejo “lógica binária pela qual o corpo identificado como macho ou fêmea, determina o gênero (masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto)". (LOURO, 2018, p.14)

Temos uma lógica de dominação que engloba a religião, atrelada ao discurso de poder, que justifica, ratifica e compactua com os ricos e dominadores. Pois o cristianismo associou-se a esse conservadorismo hegemônico, que juntamente com o sistema patriarcal, inferioriza todo o comportamento sexual que não é padrão. Se não nos aprofundamos nessas questões, não conseguimos enxergar o emaranhado construído ao longo dos séculos e que justificam inclusive a exclusão social de pessoas.

Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo. (LOURO, 2007, p. 8)

A escola precisa trazer para o ambiente escolar discussões sobre sexualidade e gênero com a comunidade escolar. As pessoas precisam perceber que existe uma pluralidade de pensamentos, que existem formas diferentes de viver a sua sexualidade, que existem muitas formas de subjetividade e que precisa existir respeito e valorização às diferenças que existem entre as pessoas.

Cada ser humano tem sua subjetividade, sua forma de viver, de experienciar a vida. Para Foucault (2004), essa subjetividade é resultado de vários elementos sociais, ela é assumida e vivida pelas pessoas em suas vidas particulares. Não compete a ninguém e muito menos à escola, aprovar ou desaprovar a subjetividade, a sexualidade do/a estudante, mas compete a ela trabalhar com leveza, com naturalidade, não como um problema, como uma forma de crescimento e evolução de cada um quando a sua sexualidade é entendida.

Pergunta 15: Acolhimento na escola. Como se dá?

Gestor/a 1	Sim. Através do respeito mútuo.
Gestor/a 2	Em partes sim, digamos que 80% dos estudantes já conseguem acolher as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) de forma natural. Os demais ainda estão sendo “trabalhados” para que ocorra da melhor forma possível.
Gestor/a 3	Percebo que sim e, que são bem populares na escola.
Gestor/a 4	Sim. Tratamos com respeito e cordialidade buscando o princípio da equidade e igualdade.

Gestor/a 5	Há acolhimento e respeito independente da orientação sexual e de gênero, o respeito se define pelo ser humano em questão.
Gestor/a 6	Sim, há o acolhimento e o respeito à diversidade de gênero. Já na matrícula, quando reivindicado pelo estudante, faz-se a alteração do nome na lista de frequência.
Gestor/a 7	Na maioria das vezes sim. Principalmente a turma do ensino médio, os colegas respeitam as opções. Não expõem ao ridículo, nem excluem.
Gestor/a 8	Em partes, pois nem todas as pessoas sabem respeitar as diferenças e peculiaridades de cada um. Mas buscamos manter a equidade, o respeito e a liberdade dos alunos e funcionários.
Gestor/a 9	Sim. Aqui nos esforçamos para que todos sejam respeitados e aceitar como são. Somos todos iguais. Pessoas que precisam ser aceitas e amadas independente de qualquer classificação: cor, opção sexual, religião, raça, somos pessoas.

Existe um longo caminho a ser traçado, porque quando condicionamos a sexualidade à opção, ainda estamos insistindo no modelo que a sociedade impõe. Se fosse opção, as pessoas escolheriam ser como o modelo determinado pela sociedade, mas essas pessoas elas não optam, elas têm as dores internas. A maioria dos/as gestores/as afirmam que existe o acolhimento. Algumas coisas precisam ser pensadas: como ocorre esse acolhimento? Muitas vezes entendemos o acolhimento de acordo com o nosso entendimento, não tocando no assunto ou tocando de forma superficial para não mexer com o padrão estabelecido. Como educação transformadora teremos que mexer com o padrão estabelecido, teremos que abordar o assunto, teremos que desconstruir para construir. Santos (2019), abordando em seu livro, deixa claro que

[...] quando o assunto foi gênero e sexualidade, ficou evidente que há muita desinformação. Tanto gestores quanto alguns/as professores/as nos relataram não ter uma compreensão segura a respeito desses conceitos e que falta formação continuada a respeito dessas questões. (SANTOS, 2019, p. 116)

Existe uma confusão por parte das pessoas de modo em geral em associar sexo e gênero, não somente dos gestores/as e professores/as como de toda comunidade escolar que possui poucas informações sobre essas questões, uma vez que o discurso dominante reforça conceitos já estabelecidos. Leva-se em conta o fator biológico, por isso tanta confusão em entender o que é sexo e gênero. Está impregnado na mentalidade das pessoas uma categoria

rígida. Como ser social, os corpos são criações sociais, portanto não são categorias rígidas. Essa mentalidade rígida persiste no ambiente escolar, a equipe escolar não aborda o tema como deveria ser trabalhado. Como aponta Santos (2019, p. 25)

Sendo a escola instituição social responsável pela educação dos/as sujeitos/as em formação, cabendo a ela a educação e a formação cidadã, esperava-se que a diversidade sexual e a identidade de gênero fossem reconhecidas como elementos da diversidade humana. Porém, nem sempre, isso acontece. Para a população LGBT, a vivência no cotidiano escolar deixa inúmeras marcas de violência.

A escola ainda reproduz um discurso contido de preconceitos e estereótipos, por isso é um ambiente de difícil convivência, para Louro (2007) a escola constitui um dos espaços sociais mais difíceis para alguém assumir a sua condição de homossexual ou bissexual, e travestis como podemos observar na sociedade.

Pergunta 16: Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em qual aspecto? Se não, por quê?

Gestor/a 1	Sim. No aspecto do respeito e de orientações primárias.
Gestor/a 2	Sim. Na preparação de conteúdos de forma adequada para que todos recebam de forma natural o tema trabalhado.
Gestor/a 3	Poderiam ocupar mais espaço sim, pois trariam mais informações, confiança e autoestima aos alunos se depararem com as diferenças, uma vez que a escola é o lugar para construção dos saberes é imperioso que se desenvolva a consciência crítica pautadas no respeito à diversidade.
Gestor/a 4	Não respondeu.
Gestor/a 5	É um assunto complexo e controverso que gera conflitos com familiares. Mas, acredito que ensinar o respeito a todo e qualquer ser humano independente de qualquer coisa é a base de relações saudáveis.
Gestor/a 6	Possivelmente. Cada comunidade escolar tem sua realidade, suas particularidades. Dentro da nossa Unidade Escolar, não temos conhecimento que haja discriminação em relação a esse tema. A maioria das pessoas agem de forma a respeitar o que diz à sexualidade.
Gestor/a 7	Acredito que não, podendo ser aplicado como projeto quando houver

	discriminação, pois não sendo exposto o assunto muitas vezes não há a ação discriminatória.
Gestor/a 8	Sim, esses assuntos devem ser tratados de forma delicada e respeitosa no currículo, em termos de educação integral com palestras, rodas de conversa, filmes e projetos.
Gestor/a 9	Entendo que na escola devemos trabalhar o respeito, cuidado, consideração com todas as pessoas. Questões de gênero, sexualidade devem ser abordados pela família.

A maioria dos/as gestores/as concorda que gênero e sexualidade deveriam ser trabalhados na escola. Com exceção de um/a gestor/a que não respondeu à pergunta e de dois gestores que acreditam que o assunto deve ser trabalhado em caso de haver discriminação e que deveria ser abordado pela família. O que mostra desconhecimento de legislação na área educacional que prevê no currículo questões de gênero e sexualidade. Dizer que não existe discriminação é algo infundado, pois sabemos que no dia a dia ela ocorre.

O primeiro contato social que uma pessoa tem é com a família, para Louro (1997) a primeira instância informal de educação sexual é a família e essa família vai transmitir os seus valores, seus preconceitos e vão se silenciar diante de determinados assuntos sobre sexualidade. Não abordar o assunto, não resolve. Por infinitos motivos, muitas famílias não abordam o assunto. Como já apontado por Foucault, foi durante a burguesia vitoriana que o sexo passou a ser um assunto velado, no âmbito da casa, e deixou de ser falado publicamente. Tal comportamento encontra resistência nos nossos dias, muitas famílias não falam sobre sexo e sexualidade, assim através do silêncio, o costume dominante continua imprimindo uma forma de como deve ser. Nessa perspectiva, precisamos buscar a valorização das políticas públicas para destruir preconceitos. A escola é um desses espaços.

A questão da sexualidade não é restrita ao espaço familiar, ela se estende por toda sociedade. A escola como espaço social não pode se anular, ela precisa fazer o seu papel com a comunidade escolar, como também já dissemos, comunidade escolar são todos, não somente alunos, não somente funcionários, não somente professores, mas também todos os familiares, responsáveis que permeiam aquela realidade escolar. O trabalho se estende a todos. A conscientização se estende a todos. É um trabalho fácil? Não, mas a sociedade está aí e o papel transformador da escola precisa acontecer nem que seja aos poucos, mas é necessário.

Pergunta 17: Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisam estar presente no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Gestor/a1	Não.
Gestor/a 2	Até o momento não.
Gestor/a 3	Não estou lembrado de tal situação.
Gestor/a 4	Não respondeu.
Gestor/a 5	Não. Na escola tem sido necessário falar sobre bullying e respeito. Mas, não referente aos assuntos aqui abordado.
Gestor/a 6	Em poucos momentos. Houve casos em que o estudante no intuito de expor suas características sexuais opostas, passou a usar roupas inadequadas no ambiente, ou seja, trajes curtos e indiscretos, fato esse que teve que haver a intervenção da direção no sentido de orientar que na Unidade Escolar mantém-se um padrão único de vestuário, independente da sexualidade e do gênero.
Gestor/a 7	Não, porque ainda não presenciei ato discriminatório que fosse motivo de intervenção. Os existentes basta uma conversa com a turma.
Gestor/a 8	Sim, quando alguns alunos usam da sexualidade do outro para ofensa ou chacota, é necessária a intervenção pedagógica.
Gestor/a 9	Não aconteceram fatos que se fizeram necessária tais abordagens. A escola trabalha o acolhimento, o respeito a todos independente de qualquer situação.

Interessante a maioria dizer que não teve problemas. O que nos faz refletir se realmente não acontece ou se não é observado como deveria ser e acaba sendo negligenciado. Xingamentos, perseguições, ameaças, coações são coisas muito comuns nos ambientes escolares.

A cultura escolar representa o modelo machista que ainda insiste em se perpetuar, temos uma masculinidade construída e que embasa na violência e na agressividade como sinal de virilidade. A violência é inclusive justificada pelo comportamento heterossexual dominante para atacar as formas ‘desviantes’ de outras sexualidades, o que pode justificar de pessoas com medo, se esconderem para se preservarem. As relações de poder estão sempre presentes.

Assim como as sexualidades, o corpo e as relações de gênero são construídas historicamente a partir de relações de poder. Nesse sentido, sendo a heterossexualidade considerada como a única forma legítima de expressão da sexualidade, todas as outras sexualidades são consideradas ilegítimas. Está aí a raiz das violações contra a população LGBT e de todos/as os/as sujeitos que não se enquadram na norma heterossexual, uma vez que as demais identidades sexuais diferentes da heterossexualidade são tratadas como arbitrárias. (SANTOS, 2019, p. 83)

Muitas vezes para não afrontar os padrões estabelecidos, gestores/as acabam se omitindo ou até mesmo silenciando os/as estudantes por causa de sua identidade, sua sexualidade. Segundo Santos (2019), a negação da sexualidade desses/as estudantes, dessas identidades na escola é uma prática carregada de LGBTfobia. O preconceito de professores/as e gestores/as vão além de uma opinião isolada, se estende ao silenciamento dentro e fora do espaço escolar. Como diz um ditado popular “Quem cala, consente”, quando existe o silenciamento, todos de alguma forma, contribui para que o preconceito se fortaleça.

Homossexualidade, bissexualidade e outras sexualidades não são novidades e constituem formas legítimas de sexualidade humana, conforme já apontado constitui identidades que são construídas socialmente. Relações de poder estão por trás dos discursos sobre sexo e sexualidade e são reproduzidos por instituições como família, igreja, escola e outras. De acordo com Foucault (1999), essas relações e esses discursos sempre considerou a heterossexualidade e sadia, e ainda, como forma legítima e correta de sexualidade humana, considerando as homossexualidades, bissexualidades e outras formas de expressão da sexualidade humana, como anormais e doentes, atribuindo a elas significados negativos e depreciativos.

A gestão escolar é parte fundamental para propiciar diálogo, trabalhar para combater qualquer tipo de violência e discriminação e reconhecer a diversidade humana. Para isso os/as gestores/as possuem uma infinidade de leis, documentos, resoluções para orientar os profissionais da educação. É da sua competência atuar para diminuir desigualdades, violências, preconceitos no ambiente escolar. Um olhar mais atencioso se faz necessário por parte da gestão para observar as formas veladas de dominação e subjugação do comportamento violento reproduzido pelos/as estudantes.

Vale ressaltar que a gestão escolar pode ser parte do problema ou parte da solução no enfrentamento às questões de violência no ambiente escolar. Assim, a gestão pode ser:

a gestão escolar é parte do problema da violência quando não apura as denúncias de violências LGBTfóbicas, não estabelece ações e medidas pedagógicas de correção dos/as agressores/as, e quando não presta um atendimento adequado às vítimas. É ainda parte do problema, quando a própria gestão pratica violência, perseguindo

estudantes LGBT, estimulando xingamentos, não respeitando o uso do nome social por parte dos/as estudantes e professores/as transgêneros, entre outras posturas (...) (SANTOS, 2019, p. 72)

Como pode ser:

a gestão escolar é parte da solução dos problemas de violências na escola quando assume uma postura de combate a tais violências e quando busca a construção de uma cultura escolar inclusiva, harmônica e de respeito às diferenças. Também é parte da solução quando se propõe a apurar os casos de violência denunciados, prestar apoio às vítimas e estabelecer punições pedagógicas aos/as agressores/as. (SANTOS, 2019, p. 72)

Pergunta 18: No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm responsabilidade de atuar com o debate de gênero e sexualidades? Justifique sua resposta.

Gestor/a 1	Ciências. Uma vez que nesta disciplina aborda o desenvolvimento do corpo humano.
Gestor/a 2	Em todas as áreas, campos de saberes.
Gestor/a 3	Todas as disciplinas são importantes quando falamos de levar informações aos discentes, pois é a construção do respeito às diferenças.
Gestor/a 4	Não respondeu.
Gestor/a 5	Projeto de vida poderia ser utilizado, pois já abrange o socioemocional do estudante, abordando questões mais específicas do âmbito profissional e emocional. Saindo de onde ele se encontra e partindo para o que ele quer se tornar.
Gestor/a 6	Caso haja a inserção no currículo, deve-se ser trabalhando em ciências e biologia, pois são áreas que estudam e definem o corpo humano, como também em sociologia e filosofia que estudam o comportamento humano.
Gestor/a 7	As primeiras são Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Pois oportunizam mais facilmente ao debate sobre gênero e sexualidade. Sendo também importante o diálogo com outras áreas para amenizar qualquer conflito ou mal entendido.
Gestor/a 8	Acredito que todos devam estar preparados para esses debates, em

	especial a disciplina de sociologia. E mais que a disciplina, o PPP deve assegurar alguns debates e direitos.
Gestor/a 9	Como já disse, acredito que a escola deve trabalhar o respeito para com todos não separando ninguém. Somos todos seres humanos, cada um tem suas especificidades.

O aluno é de responsabilidade de todos os segmentos da escola, logo compete a todos zelar pelo bem estar social, emocional, psicológico e também de aprendizagem. Não se tem uma disciplina responsável ou um professor específico. Todos os professores, de todas as áreas devem buscar formação para trabalhar com tema de gênero e sexualidade para gerir com naturalidade e respeito essas questões no âmbito escolar.

Investir na formação de professores/as é muito importante, porque só assim é possível intervir nas questões do dia a dia e entender que a formação do/a aluno/a é de responsabilidade de todos e não de algumas áreas do conhecimento. O professor bem formado vai compreender que temos uma norma de comportamento, o modelo heteronormativo (LOURO, 1997); que a educação para a sexualidade é necessária. Essa forma que foi dita como sendo normal, foi construída pelo patriarcado e esse domínio patriarcal se julga no direito de decidir sobre gênero e sexualidade.

Um olhar mais sensível para essa questão é o ponto de partida, dentro dessa perspectiva, trazer as famílias para conversar, discutir sobre a sexualidade, sobre preconceitos, sobre valores e respeito ao próximo, sobre diversidade. Ou seja, investir na capacitação dos professores/as para que esse/a profissional possa orientar alunos/as e seus familiares a refletir sobre questões de gênero, que estejam abertos aos questionamentos, que possam aprender desconstruir valores tido como verdades, que possam não reproduzir preconceitos e estereótipos sobre sexualidade e gênero. (LOURO, 1997)

Quanto à legislação, é importante que tanto gestores/as e professores/as saibam que existe respaldo para enfrentar questões sobre gênero e sexualidade na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), no Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Sem Homofobia (2004).

Pergunta 19: Você enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo

que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

Gestor/a 1	Não. A responsabilidade está nos órgãos competentes que regem a educação escolar de nosso país.
Gestor/a 2	De qualquer forma o gestor tem responsabilidade direta ou indireta no quesito sexualidade. Todo debate será importante para alinhar o currículo.
Gestor/a 3	Acredito que o principal articulador para a inserção do debate de gênero e das sexualidades nas escolas é do MEC, com uma boa formação dos docentes e gestores para a inclusão desta temática a todos da comunidade escolar, já que para muitos ainda é tabu a ser quebrado, assim é necessário que seja um trabalho de articulação para incorporar este tópico nas escolas públicas e ou privadas.
Gestor/a 4	Acredito que sim, através de capacitações que nos auxilie com maiores esclarecimentos para que podemos lidar com maior eficiência.
Gestor/a 5	O currículo é uma responsabilidade da sociedade, principalmente da sociedade acadêmica, que juntos devem dialogar para preparar um currículo adaptado à realidade vigente. Onde o que se estuda deve ser coerente com as questões atuais, tornando-os seres humanos capazes de viver em harmonia e preparados para o desenvolvimento do planeta.
Gestor/a 6	Com certeza cabe ao gestor e toda equipe gestora a responsabilidade desse debate de gênero, pois trata-se de um tema polêmico que requer muito cuidado para ser inserido e exposto a toda Comunidade Escolar. Deverá haver um amplo estudo e planejamento para a inserção desse tema em nosso currículo, pois há quem o questione de forma a contestar sua inserção, cabendo à gestão discutir e organizar qual a melhor maneira de inserir a temática num futuro bem próximo.
Gestor/a 7	Acredito em rodas de conversas, pois torna um momento de confiança e liberdade em expressar as opiniões. Já em casos de agressão, cabe a outros órgãos lidar e resolver a problemática.
Gestor/a 8	O currículo para ser melhor respeitado é implantado por todos deve vir

	atrelado ao referencial e ao PPP, como gestão, podemos viabilizar canais de acesso à informação, debates e ambiente acolhedor.
Gestor/a 9	Eu enquanto gestora acredito que tenho responsabilidade de trabalhar por uma escola humana, onde todos sejam aceitos e respeitados da forma que são. Questões de gênero, sexualidade, religião são situações muito íntimas de cada família.

Precisamos entender que quem estará no dia a dia com os estudantes é a equipe escolar, os órgãos competentes dão apenas a diretriz, mas quem fará acontecer são os profissionais da educação. Assim, precisamos entender que dentro do currículo, a escola traçará metas e terá o seu PPP baseado na realidade daquela comunidade, não cumprir com o papel pode inclusive prejudicar muito o desenvolvimento cognitivo e social do aluno. O que é delegado à escola é papel da escola cumprir e não querer encontrar responsáveis por este ou aquele conteúdo. Cabe à escola, aos gestores/as e professores/as.

Trabalhar com sexualidade não é fácil, até porque é um caminho que ainda não foi percorrido, então temos as dificuldades, isso, porém não pode impedir de ser trabalhado. Tivemos um retrocesso por uma parte da sociedade reacionária, entendemos que uma prática sexual moralista e repressora não contribui muito para o crescimento pessoal, além de valorizar pouco a liberdade sexual das pessoas. Sabemos que a sexualidade é algo muito pessoal e subjetivo e que cada um experiencia de um modo muito particular. Compreende-se também a dificuldade de inserir gênero e sexualidade no currículo, como aponta Marlucy Paraíso (2016):

[...] esse foco no currículo tem sido feito de um modo que ainda nos deixa perplexas e às vezes desanimadas para entrar na luta porque parece muito retrocesso voltar a escutar e falar em “neutralidade” do currículo ou da educação. É um absurdo o modo como tentam controlar o currículo e os/as docentes. É espantoso o modo como tentam destituir do/a docente a autoridade de educar e decidir como exercem sua profissão. É alarmante que os/as professores/as passem a ser objeto celerado de ataques, desses grupos reacionários, para que as questões de gênero e sexualidade sejam proibidas na escola.

Para Michel Foucault, a imposição do desejo sexual pelo oposto, homem é mulher, é negar a existência de múltiplas identidades sexuais. Ainda segundo a UNESCO (2014), trabalhar a educação sexual, não incentiva a prática sexual precoce como alguns acreditam, antes previnem situações abusivas como violência e abusos sexuais contra crianças. O problema é que muitas vezes falar sobre gênero e sexualidade está ligado à religião, o que acaba não sendo bem-visto

Cabe registrar que, diferentemente de outras partes do mundo que, segundo Junqueira (2016), o slogan ideologia de gênero é laico, no Brasil o discurso sobre ideologia de gênero está claramente atrelado à religião. Ele, portanto, não é laico. É endereçado, sobretudo, às famílias dos/as alunos/as e já se espalhou pelo social. (PARAÍSO, 2016, p. 399)

Existe uma resistência em determinar assuntos que devam ser trabalhados no currículo, como sobre questões de gênero e sexualidade, mas isso não diminui a força da resistência. (FOUCAULT, 2014) Sendo assim, não compete aos órgãos do governo fazer com que a legislação seja trabalhada, a eles compete organizar as leis e orientar, mas colocar em prática compete à escola, que precisa encontrar um caminho. Desconstruir mitos, tabus, preconceitos não é uma tarefa fácil, porém é necessária. A dificuldade já começa com a família, como já dito, toda criança tem na família o primeiro núcleo social, porém, para Louro (1997) os pais são os primeiros a se calarem e não verbalizar sobre a sexualidade, como se fosse algo proibido, algo que não deve ser falado. O que indica que o trabalho deve ser realizado com o/a aluno/a e com a família, para sair dessa zona de conforto que vai transferindo a responsabilidade para outro.

Pergunta 20: Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, por quê?

Gestor 1	Sim. Pois não é um assunto comum, em que todas as pessoas têm propriedade para abordar, nesse sentido é necessária formação para abordar o assunto, no entanto, o mais correto seria uma pessoa da saúde para abordar esses assuntos na escola.
Gestor 2	Sim. No aspecto que envolve conflitos entre estudantes envolvendo a sexualidade.
Gestor 3	Considero que seja primordial a formação de todos da equipe escolar para que tenhamos a inserção de assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades na escola com o intuito de subsidiar o trabalho com argumentos consistentes e esclarecedoras sobre a temática.
Gestor 4	Sim. Quanto maior o conhecimento facilita como lidar a diversidade.
Gestor 5	Todo conhecimento é bem-vindo. Mas, acredito que o curso deveria ser voltado para o respeito do ser humano e convivência pacífica entre todos

	os membros educacionais.
Gestor 6	Sim. Há a real necessidade de formação, pois são muitos os aspectos a serem conhecidos e analisados. Vivemos numa época em que o novo se renova a cada dia, tornando-se difícil ter o conhecimento necessário para administrar situações as quais respeitamos os direitos e as diferenças de cada ser humano.
Gestor 7	Acredito que não, pois se cada um respeitar o outro, não haverá conflito, nem situações vexatórias.
Gestor 8	Sim, toda informação e debate desse tema é de extrema importância, principalmente no que se diz respeito ao pronome de tratamento, acolhimento, identidade de gênero, entre outros.
Gestor 9	Não respondeu.

Os/as gestores/as quase que em sua totalidade consideram ser importante a formação para se trabalhar com gênero e sexualidade, com exceção de um/uma que não respondeu e de outro/a que respondeu: “Acredito que não, pois se cada um respeitar o outro, não haverá conflito, nem situações vexatórias.” No entanto, não chegamos a esse ideal de comportamento, enquanto não alcançamos o trabalho de conscientização, de informação, de construção terá que ser percorrido.

Vivemos numa sociedade onde a masculinidade é tóxica, esse comportamento machista é incentivado pelo patriarcado. Essa masculinidade tóxica diz que o homem não pode demonstrar sentimentos e fragilidades, pois isso está associado ao feminino, então o homem tem que ser bruto, agressivo, viril e com a sexualidade exacerbada, qualquer desejo diferente do heterossexual deve ser anulado. O que já vimos que o resultado disso não é positivo, essa masculinidade tóxica contribui para a prática de estupro, de sexualização e de violências domésticas, onde o sexo deveria ser praticado apenas para perpetuação da espécie, discurso esse muito propagado por pessoas de direita extremista. Essas falas impregnadas de preconceito, segundo Butler (2019), compactuam com a precariedade da vida daqueles que nascem e encontram-se desviados aos padrões cisheteronormativos.

Segundo o modelo de sociedade que vivemos, estamos reproduzindo o poder do discurso existente por trás, subjuga e inferioriza a mulher, pois o masculino é valorizado diante do feminino, com isso outras formas de sexualidade diferente do heterossexual, são desvalorizadas. O discurso ganha mais força diante da religião que afirma que as práticas

homossexuais e princípios de identidade de gênero são contrários à família e aos bons costumes, ou seja, um discurso misógino, machista, preconceituoso e apoiado pela religião.

Pergunta 21: Houve casos de desistência (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes LGBTs+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Gestor/a 1	Não.
Gestor/a 2	Não.
Gestor/a 3	Nessa unidade de ensino não houve casos de desistências por motivo de orientação sexual.
Gestor/a 4	Não, sempre acolhemos todos.
Gestor/a 5	Houve um caso de evasão por conflitos internos por parte do estudante. Mas, a partir de diálogos, busca ativa e acolhimento dos responsáveis e do próprio estudante, ele retornou aos estudos. Entretanto, ele não foi alvo de violência, muito pelo contrário, os colegas sempre o acolheram.
Gestor/a 6	Até o presente o momento não houve casos em nossa unidade escolar.
Gestor/a 7	Durante o tempo que estou na direção ou quando estive em sala de aula, na coordenação também não foi registrado nenhum caso.
Gestor/a 8	Não sei dizer, mas já soubemos de casos em que o aluno se matou por não lidar bem com toda a homofobia.
Gestor/a 9	Graças ao bom Deus nunca aconteceu.

Diante do apontamento negativo de todos/as os/as gestores/as não temos como dizer se atitudes foram ou não necessárias, nem ter uma visão crítica ou visão positiva diante da questão. Porém, algo é importante de se notar, independente de crença, pois cada pessoa tem o direito de ter a sua, quando se afirma “Graças ao bom Deus nunca aconteceu”, estamos afirmando que algo não é bom e que um ser superior que chamamos “Deus” nos livrou de algo. Quando na verdade, situações novas nos impulsionam às experiências diferentes e enriquecedoras. A escola como ambiente laico, previsto na legislação na Constituição 1988, artigo 19, inciso I, não deve se pautar em crenças para enfrentar problemas de ordem humana, social e política.

Pergunta 22: Há conflitos de interação entre estudantes não-LGBTs+ e estudantes LGBTs?
Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Gestor/a 1	Não.
Gestor/a 2	Até o momento não aconteceram conflitos nesse sentido.
Gestor/a 3	Não observamos e não tivemos reclamação de conflitos.
Gestor/a 4	Não.
Gestor/a 5	Não.
Gestor/a 6	Nessa unidade escolar, até o presente momento, não houve fatos nesse sentido.
Gestor/a 7	Nunca atendi caso algum.
Gestor/a 8	Como citado em 17 a gestão tenta chamar atenção do “agressor”, conversar separadamente, se preciso, punir com advertência.
Gestor/a 9	Até o momento nunca aconteceu.

Nove gestores/as responderam que não tiveram conflitos, um/a gestor/a respondeu que “a gestão tenta chamar a atenção do “agressor”, conversar separadamente, se preciso, punir com advertência.” É importante conversar em particular, haver punição, mas o mais importante é ter uma educação libertadora. Sabemos que o ambiente escolar é um espaço difícil de se trabalhar, porém o diálogo livre, trabalho de conscientização deve ser feito diariamente, até que se torne algo natural para os/as estudantes.

Conflitos num ambiente escolar é corriqueiro, faz parte, ignorar ou fingir que o problema não existe é outra questão. Se não se sabe lidar com o problema é preciso conhecê-lo para o enfrentamento. Através de estudo e formação adequada para entender questões de gênero e sexualidade, é possível ter um ambiente mais acolhedor para todos. Só conseguimos combater preconceitos enfrentando e não ignorando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto tem por objetivo salientar a importância da educação na vida das pessoas, bem como a construção da autonomia dos educandos para uma educação libertadora sem preconceitos, onde o/a gestor/a escolar representa esse elo entre a comunidade escolar e a equipe escolar. O/A gestor/a foi visto/a por muito tempo na área educacional, como uma figura apenas administrativa, no entanto, o termo gestor engloba não só o administrativo, mas como a articulação entre o administrativo e o pedagógico.

Dentro do ambiente escolar existem várias pessoas desempenhando papéis diferentes e cada um deles é importante. Desde as pessoas que cuidam da limpeza, da merenda escolar, dos inspetores, dos professores, da gestão escolar, até chegar ao alvo principal que são os/as alunos/as, esse trabalho não termina na escola e se estende para todas as famílias e comunidade escolar. É necessário compreendermos que o/a gestor/a escolar é uma figura muito importante, porque ele/a pode viabilizar ou inviabilizar muitas ações na escola, mas ele/a não é o responsável por tudo, quando falamos de responsabilidade, cada um tem sua responsabilidade, o/a gestor/a pode delegar funções e acompanhar o andamento.

No ambiente escolar é normal ter discussões, xingamentos, ofensas, preconceitos entre os alunos, a questão é o direcionamento que é dado às diversas circunstâncias e a escola não pode deixar de trabalhar questões presentes e recorrentes no dia a dia. Uma delas é questão de gênero e diversidade sexual. Falamos muito que em nossa sociedade existe um discurso dominante, esse discurso passou por várias gerações e continua sendo passado e continua ditando os comportamentos das pessoas sem considerar a identidade de cada ser humano. A escola como a primeira instituição social, depois da família, em que as pessoas interagem e convivem com os mais diferentes modos de ser, não deve reproduzir, mas construir meios para que os/as alunos/as não sejam meros reprodutores de um discurso, mas sejam construtores de novos olhares, novas percepções. Conseguimos isso através de professores/as que sejam capacitados/as e gestores/as que tenham um olhar crítico, que esteja disposto a dialogar com seus/uas alunos/as, seus/uas professores/as, sua equipe de trabalho, sua comunidade escolar e estabelecer uma relação de respeito entre todos/as os/as envolvidos/as.

Na área educacional, para assumir um cargo de gestor/a é necessário ter alguns anos como professor/a. Foi pensando nisso, que para conhecer o perfil dos/as gestores/as das escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul, na questão do gênero e diversidade sexual, que resolvemos aplicar um questionário. Questionário que não tem por objetivo criticar o trabalho do/a gestor/a, mas compreender e perceber como reagem

diante de questões sobre gênero e diversidade sexual. Pelas respostas coletadas, percebemos que temos um longo caminho, pois para mudar o pensamento dos/as alunos/as é necessário o/a profissional da educação reavaliar a sua forma de ver questões de gênero e diversidade sexual e estar pronto a aprender também, ampliar horizontes, para que não continuemos a reproduzir um discurso. Dentro dessa perspectiva, o trabalho do/a gestor/a pode ser um diferencial, tanto para alunos, como para professores e comunidade escolar, porque ele/a pode apontar caminhos, alternativas, propostas para cada segmento. Foi pensando nisso que nos valemos da metodologia pós-crítica, pois ela trabalha com a resignificação, com re-construção é esse o objetivo, através do que temos, traçar uma nova proposta, um novo olhar para algo que é necessário. E se faz necessário questionar, avaliar, reavaliar as propostas educacionais para as questões de gênero e sexualidade, só assim é possível mudar o que as pessoas acreditam ser uma verdade muitas vezes imutável do ponto de vista conservador, sobretudo religioso.

Sabemos da dificuldade de estabelecer uma forma de enxergar por outro prisma, ainda mais quando a resistência existe por parte de gestores/as, que são professores/as que estão no contato diário com os/as estudantes. Ainda que seja a passos lentos, a mudança vai acontecer. Em educação nada é mágico, é um processo, os olhares, as novas percepções não acontecem do dia para a noite, mas como educadores precisamos acreditar, não só acreditar, mas trabalhar para que a realidade seja transformada, esse é o papel da educação: transformar a realidade. Precisamos de profissionais que estejam dispostos a mudanças, que encarem novos desafios e que saibam direcionar os conflitos da melhor forma que conseguirem. Dificuldades existem de todos os lados, inclusive passamos por um período muito conturbado de um governo conservador, que coibiu muito os profissionais de educação. Acompanhamos vários profissionais que foram demitidos, chamados de “doutrinadores” por cumprirem o seu papel de educador. Esses valores conservadores foram atrelados sobretudo pelo discurso religioso e esse discurso religioso que é muito forte em nosso país, tende a condenar comportamentos que não condizem com o que eles dizem ser “normal”, principalmente questões de gênero e diversidade sexual, por isso salientam tanto o que chamam de “ideologia de gênero”. Se queremos uma sociedade diferente e que não aceitem essas “verdades”, precisamos olhar com carinho para os/as nossos/as alunos/as, pois eles serão os adultos do futuro.

Não se pode negar que a gestão é muito importante dentro de uma escola, pois ela vai direcionar todo o trabalho realizado na escola. A gestão não é responsável sozinha pela escola, já apontamos que cada um no ambiente escolar tem sua importância e sua responsabilidade. Porém, o cargo que exige tomadas de decisão maiores é da gestão, então o/a

gestor/a tem muita responsabilidade, e ele/a precisa compreender essa responsabilidade e trabalhar para tornar um ambiente colaborativo, reflexivo, onde as várias identidades e formas de ser possam ser respeitadas, através de um ambiente que exista muito diálogo. Terá erros e acertos? Sim, como em qualquer instituição humana, mas o erro não pode ser o empecilho para não acertar. É luta diária para plantar no presente o que será colhido no futuro.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Graça; CARVALHO, Eduarda. **Linguagem, Poder, Educação: O sexo dos B,A,BAs**. Lisboa: CIDM, Cadernos Coeducação, 1999.

ANDRADE, Sandra. **Juventudes e processos de escolarização: uma abordagem cultural**. Porto Alegre, 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **O que é cisgênero**. Transfeminismo. 23 mar. 2014. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>. Acesso em 06 jan. 2022

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010. **Documento Referência**. Brasília. FNE, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2014**: Lei nº 13.005, de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> Acesso em 06 jan. 2023.

BROCANELLI, Claudio Roberto. **Reflexões Sobre Ética e Educação: Por uma Escola para todos e para Promoção da Vida**. Unesp/Redefor II - curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. - 1ª edição. São Paulo, 07 de abril de 2014.

BUTLER, Judite. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judite. **Atos Performativos e Constituição de Gênero: Um Ensaio em Fenomenologia e Teoria Feminista**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Caderno de Leituras 78, Jun. 2018.

BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade

do Minho/Húmus, 2011.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOULCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.

FOULCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2014.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: FGV, 1999

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Alice. Teorias Pós-Críticas, Política e Currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto: CIIE, n. 39, p. 7-23, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer** – Uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas, ano 9, 546, 2º semestre 2001

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma pesquisa pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pensar a Sexualidade na Contemporaneidade. In: Paraná, Secretaria da Educação. **Sexualidade**. Cadernos Temáticos da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, Curitiba: SEED, PR, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, PR: Positivo, 2009.

PARAÍSO, Marluce Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, se/dez. 2016.

PARAÍSO, Marluce Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2017.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000.

RAPP, Rayna. Review of Claude Meillassoux, Femmes, Geniers et Capitaux. **Dialectical Anthropology**, vol. 3, 1977, p. 5-24

SANTOS, Émerson. **LGBTBFOBIA na educação e atuação da gestão escolar**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução ao currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia da educação e pedagogia crítica em tempos pós-modernos. In: **Reunião Anual da Anped**, 16. Programa e resumos. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 1993. p.122

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez. 2020.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160.por.pdf>. Acesso em: 20 de fev.2021

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação da Prof^o Dra. Tânia Regina Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: () Masculino () Feminino () Não binário
Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual
Outra, especifique: _____
- 3) Religião: _____
- 4) Idade: _____
- 5) Estado civil: _____
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo () branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
Graduação: _____
Especialização: _____
Mestrado: _____
Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?

- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?

- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?

- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
() sim () não
Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

- 12) O que você entende por sexualidade?
- 13) E sobre o gênero?
- 14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Muito obrigado pela sua participação.

III – Aspectos qualitativos:

12) O que você entende por sexualidade?

Entendo que esta relacionado ao conhecimento do desejo sexual ou pelo toque ou pelo sentir ou pelo prazer.

13) E sobre o gênero?

Conjnto de características ligadas a masculinidade ou feminilidade.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Entendo muito pouco

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Sim. Tratamos com todo respeito e cordialidade buscando o principio da equidade e igualdade

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?Eu acredito que sim através de capacitações que nos auxilie com maiores esclarecimentos para que podemos lidar com maior eficiência

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê? Sim .Porque já fui questionado em algum assunto na qual recorri e pedi ajuda ao Ministério publico para responder com eficiência e exatidão

Sim . Quanto maior o nosso conhecimento facilita como lidar com a diversidade .

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Não sempre acolhemos todos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PGEDU·UEMS

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos? Não .

Muito obrigado pela sua participação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PGEDU·UEMS



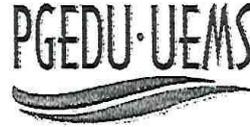
20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados? Graças ao bom Deus nunca aconteceu.

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos? Até o momento nunca aconteceu.

Muito obrigado pela sua participação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^o Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: (x) Masculino () Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (x) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião evangelico _____
- 4) Idade: __49_____
- 5) Estado civil: __casado_____
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo (x) branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: Geografia e Pedagogia
 Especialização Gestao escolar e docência no Ensino superior
 Mestrado Geografia e gestão do território
 Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
 Geografia
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
 29 anos
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
 7 anos
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 () sim (x) não
 Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

12) O que você entende por sexualidade?

Sexualidade está ligada aos sentimentos. Autoconhecimento.

13) E sobre o gênero?

O que define uma classe, espécie, masculino, feminino

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Opção de vida livre de uma pessoa.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Sim. Aqui nos esforçamos para que todos sejam respeitados e aceitos como são. Somos todos iguais. Pessoas que precisam ser aceitos e amados independente de qualquer classificação ... cor, opção sexual, religião, raça ... somos pessoas.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê? Entendo que na escola devemos trabalhar o respeito, cuidado, consideração com todas as pessoas. Questões de gênero, sexualidade devem ser abordados pelas famílias.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Não aconteceram fatos que se fizeram necessários tais abordagens. A escola trabalha o acolhimento e respeito à todos independente de qualquer situação.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta. Como já disse acredito que à escola deve trabalhar o respeito para com todos não separando ninguém. Somos todos seres humanos, cada um tem suas especificidades.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão? Eu enquanto gestora acredito que tenho responsabilidade de trabalhar por uma escola humana, onde todos sejam aceitos e respeitados da forma que são. Questões de gênero, sexualidade, religião são situações muito intimas de cada família.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

Caso haja a inserção no currículo, deve-se ser trabalhado em ciências e biologia, pois são áreas que estudam e definem o corpo humano, como também em sociologia e filosofia que estudam o comportamento humano.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

Com certeza, cabe ao gestor e a toda equipe gestora a responsabilidade desse debate de gênero, pois trata-se de um tema polêmico que requer muito cuidado para ser inserido e exposto a toda Comunidade Escolar. Deverá haver um amplo estudo e planejamento para a inserção desse tema em nosso currículo, pois há quem o questione de forma a contestar sua inserção, cabendo à gestão discutir e organizar qual a melhor maneira de inserir a temática num futuro bem próximo.

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

Sim. Há a real necessidade de uma formação, pois são muitos os aspectos a serem conhecidos e analisados. Vivemos numa época em que o novo se renova a cada dia, tornando-se difícil ter o conhecimento necessário para administrar situações as quais respeitemos os direitos e as diferenças de cada ser humano.

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Até o presente momento não houve casos em nossa Unidade Escolar.

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Nessa Unidade Escolar, até o presente momento, não houve fatos nesse sentido.

Muito obrigado pela sua participação.

QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^a Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: () Masculino (x) Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (x) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião: ___ Cristã _____
- 4) Idade: _____ 56 _____
- 5) Estado civil: ___ casada _____
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo (x) branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: Licenciatura em Educação Física
 Especialização:
 Alfabetização e Letramento _
 Mestrado: _____
 Doutorado: _____

- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
 Professora de Educação Física

- 9) Quanto tempo tem de atuação docente ?
 Desde 1991

- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
 6 anos e 6 meses

- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 () sim (x) não
 Se sim, quais? _____

12) O que você entende por sexualidade?

É um sentimento personalíssimo de cada ser humano, onde se aflora suas necessidades corporais, onde há um desejo de satisfação, ou seja, um desejo sexual.

13) E sobre o gênero?

Quando o ser humano nasce, ele tem as características corporais que o distingue biologicamente como masculino ou feminino o qual será constado na sua certidão de nascimento, no entanto, esse ser humano poderá não se identificar com essas características e passará a fazer a construção de sua sexualidade a ser definida possivelmente no decorrer de sua adolescência.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

A partir do momento em que o ser humano não se identifica com suas características biológicas, ele passará a ter conhecimento dos anseios do seu corpo e fará uma definição do seu gênero sexual, onde optará por um dos diversos gêneros que o ser humano pode se identificar.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Sim, há o acolhimento e o respeito à diversidade de gênero. Já na matrícula, quando reivindicado pelo estudante, faz-se a alteração do nome na lista de frequência.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, por quê?

Possivelmente. Cada Comunidade Escolar tem sua realidade, suas particularidades. Dentro da nossa Unidade Escolar, não temos conhecimento de haja discriminação em relação a esse tema. A maioria das pessoas age de forma a respeitar o que diz respeito à sexualidade.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Em poucos momentos. Houve casos em que o estudante, no intuito de expor suas características sexuais opostas, passou a usar roupas inadequadas ao ambiente escolar, ou seja, trajes curtos e indiscretos, fato esse que teve que haver a intervenção da direção no sentido de orientar que na Unidade Escolar mantém-se um padrão único de vestuário, independente da sexualidade e do gênero.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

Sim. No aspecto em que envolve conflitos entre estudantes envolvendo a sexualidade.

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Não

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Até o momento não ocorreu conflitos nesse sentido.

Muito obrigado pela sua participação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Profª Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: (X) Masculino () Feminino () Não binário
Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (X) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
Outra, especifique: _____
- 3) Religião: Católico
- 4) Idade: 63 anos
- 5) Estado civil: Casado
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo (X) branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
Graduação: Ciências Biológica - Habilitação em Matemática
Especialização: Didática
Mestrado: _____
Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
Matemática
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
39 anos
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
24 anos
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
() sim (X) não
Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

12) O que você entende por sexualidade?

Comportamento que o ser humano tem e que satisfaça sua necessidade sexual

13) E sobre o gênero?

Característica que o ser humano possui e representa na sua individualidade em ser masculino ou feminino.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Pessoa que nasce com determinado sexo e não sente como tal.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Em partes sim, digamos que 80% dos estudantes já conseguem acolher as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) de forma natural. os demais ainda estão sendo “trabalhados” para que ocorra da melhor forma possível.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

Sim. Na preparação de conteúdos de forma adequada para que todos recebam de forma natural o tema trabalhado.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Até o momento não.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

Em todas as áreas, campos de saberes.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

De qualquer forma o gestor tem responsabilidade direta ou indireta no quesito sexualidade. Todo debate será importante para alinhar o currículo.

- 15) Em partes, pois nem todas as pessoas sabem respeitar as diferenças e peculiaridades de cada um. Mas buscamos manter a equidade, o respeito e a liberdade dos alunos e funcionários.
- 16) Sim, esses assuntos devem ser tratados de forma delicada e respeitosa no currículo, em termos de educação integral com palestras, rodas de conversas, filmes e projetos.
- 17) Sim, quando alguns alunos usam da sexualidade do outro para ofensa ou chacota, é necessária intervenção pedagógica.
- 18) Acredito que todos devam estar preparados para esses debates, em especial a disciplina de sociologia e mais que disciplina, o PPP deve assegurar alguns debates e direitos.
- 19) O currículo, para ser melhor respeitado e implantado por todos deve vir atrelado ao referencial e ao PPPs; como gestão, podemos viabilizar canais de acesso à informação, debates e ambiente acolhedor.
- 20) Sim, toda informação e debate desse tema é de extrema importância, principalmente no que diz respeito ao pronome de tratamento, acolhimento, identidade de gênero, entre outros.
- 21) Não sei dizer, mas já soubemos de casos em que o aluno de matou por não lidar bem com toda homofobia.
- 22) Como citado em 17 a gestão tenta chamar atenção do "agressor", conversar separadamente e, se preciso, punir com advertência.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^a Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: Masculino () Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião: CATÓLICO
- 4) Idade: 50
- 5) Estado civil: CASADO
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: PEDAGOGIA
 Especialização: NÃO
 Mestrado: NÃO
 Doutorado: NÃO
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
 GESTOR ESCOLAR – SÉRIES INICIAIS
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
 30 ANOS
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
 11 ANOS
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 sim não
 Se sim,quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

QUESTIONÁRIO – PGEDU-UEMS

Pesquisa – “A reponsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolar da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul”

15/08/2022

1- Informações Pessoais

- 1) Gênero: Masculino
- 2) Sexualidade: Heterossexual
- 3) Religião: Católica
- 4) Idade: 61 anos
- 5) Estado Civil: Casado
- 6) Raça/etnia: Branco

2- Profissão Docente

- 7) Formação: Geografia
Especialidade: Pedagogia – Gestão Escolar
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va? Resp.: Geografia
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente? Resp.: Desde 1985
- 10) Desde tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar? Resp.: 10 anos de gestão escolar
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade? Resp: Não

3- Aspectos Qualitativos

- 12) Resp.: O interesse sexual da pessoa, heterossexual, homossexual, pansexual, dentre outros
- 13) É como a pessoa se identifica: cis, transexual, não, binário, dentre outros.
- 14) Não sei bem a diferença entre os 3, transexualidade é quando a pessoa não se identifica como o sexo biológico; transgeneridade é quando a pessoa está em trânsito entre os gêneros e transversalidade é uso de acessórios e roupas do outro gênero.

12) O que você entende por sexualidade? Sexualidade envolve os sistemas reprodutores e os mecanismos de reprodução e suas relações no geral

13) E sobre o gênero? Inicialmente usado para distinguir sexo biológico, atualmente atribuído para como a pessoa se reconhece .

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

travestilidade a pessoa se comporta como pessoas de outro sexo, transgeneridade identidade de gênero diferente do sexo e transexualidade optam por fazer alterações no próprio corpo.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Há acolhimento e respeito independente de orientação sexual e de gênero, o respeito se define pelo ser humano em questão.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

É um assunto complexo e controverso que gera conflitos com familiares. Mas, acredito que ensinar o respeito a todo e qualquer ser humano independente de qualquer coisa é a base de relações saudáveis.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Não. Na escola tem sido necessário falar sobre bullying e respeito. Mas, não referente aos assuntos aqui abordados.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

Projeto de vida poderia ser utilizada, pois já abrange o socioemocional do estudante, abordando questões mais específicas do âmbito profissional e emocional. Saindo de onde ele se encontra e partindo para o que ele quer se tornar.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PGEDU · UEMS

O currículo é uma responsabilidade da sociedade, principalmente da sociedade acadêmica, que juntos devem dialogar para preparar um currículo adaptado à realidade vigente. Onde o que se estuda deve ser coerente com as questões atuais, tornando-os seres humanos capazes de viver em harmonia e preparados para o desenvolvimento do Planeta.

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

Todo conhecimento é bem vindo. Mas, acredito que o curso deveria ser voltado para o respeito ao ser humano e convivência pacífica entre todos os membros educacionais.

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Houve um caso de evasão por conflitos internos por parte do estudante. Mas, a partir de diálogos, busca ativa e acolhimento dos responsáveis e do próprio estudante ele retornou aos estudos. Entretanto, ele não foi alvo de violência, muito pelo contrário, os colegas sempre o acolheram

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Não.

Muito obrigado pela sua participação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Profª Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: () Masculino (x) Feminino () Não binário
Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (x) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
Outra, especifique: _____
- 3) Religião: _espírita_____
- 4) Idade: _38_____
- 5) Estado civil: _solteira_____
- 6) Raça/etnia: () preto (x) pardo () branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
Graduação: Ciências com habilitação em biologia
Especialização: Mídias sociais e Biologia aplicada a Proteção da Natureza
Mestrado: Agronomia:Sustentabilidade na agricultura
Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
Ciências e Biologia
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente? 18 anos
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar? 2 anos
-
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
() sim (x) não
Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

III – Aspectos qualitativos:

12) O que você entende por sexualidade?

Entendo que sexualidade pode estar relacionado ao sentir, tocar, vivenciar.

13) E sobre o gênero?

Que é o modo como o indivíduo se identifica como gênero.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Travestilidade: indivíduo de determinado gênero que usa roupas e adota expressões de outro, mas que não deseja necessariamente alterar as características primárias.

Transgeneridade: identidade de gênero muda dos graus do sexo biológico.

Transexualidade: pessoa passa por transição a fim de parecer com a sua identidade de gênero.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Percebo que sim e, que são bem populares na escola.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

Poderiam ocupar mais espaço sim, pois trariam mais informações, confiança e autoestima aos alunos se depararem com as diferenças, uma vez que a escola é o lugar para a construção dos saberes e é imperioso que se desenvolva a consciência crítica pautadas no respeito à diversidade.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Não estou lembrado de tal situação.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

Todas as disciplinas são importantes quando falamos de levar informações aos discentes, pois é a construção do respeito às diferenças.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

Acredito que o principal articulador para a inserção do debate de gênero e das sexualidades nas escolas é do MEC, com uma boa formação dos docentes e gestores para a inclusão desta temática a todos da comunidade escolar, já que para muitos ainda é um tabu a ser quebrado, assim, é necessário que seja um trabalho de articulação para incorporar este tópico nas escolas públicas e ou privadas.

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

Considero que seja primordial a formação de todos da equipe escolar para que tenhamos a inserção de assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades na escola com o intuito de subsidiar o trabalho com argumentos consistentes e esclarecedores sobre a temática.

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Nesta unidade de ensino não houveram casos de desistências por motivo de orientação sexual.

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Não observamos e não tivemos reclamações de conflitos.

Muito obrigado pela sua participação.

QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^ª Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: (X) Masculino () Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (X) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião: Católico não praticante
- 4) Idade: 38 anos
- 5) Estado civil: Casado
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo (X) branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: Letras com Habilitação em Língua Portuguesa/Língua Inglesa e Suas Respectivas Literaturas
 Especialização: O Ensino da Língua Inglesa
 Mestrado: _____
 Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
Linguagens – Língua Inglesa
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
17 anos
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
07 anos
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 () sim (X) não
 Se sim, quais? _____

Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:

12) O que você entende por sexualidade?

É o carinho e o desejo de proximidade entre as pessoas

13) E sobre o gênero?

É a diferença existente entre o sexo masculino e o feminino.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

Travestilidade – pode ser quando rejeita a masculinidade, procurando identificação com a feminilidade

Transgeneridade - são pessoas que possuem a percepção de pertencer a um gênero que não condiz com o atribuído pela sua genitália de nascimento. Nesses casos, o sentimento de discordância entre o sexo biológico e o gênero geralmente é experimentado pelo indivíduo ainda na infância.

Transexualidade - condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

Na maioria das vezes, sim. Principalmente a turma do ensino médio, os colegas respeitam as opções. Não expõem ao ridículo nem excluem.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

Acredito que não, podendo ser aplicado como projeto quando houver a discriminação, pois não sendo exposto o assunto muitas vezes não há a ação discriminatória.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

Não, porque ainda não presenciei ato discriminatório que fosse motivo de intervenção. Os existentes basta uma conversa com a turma.

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PGEDU·UEMS

A primeira são as Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Pois oportunizam mais facilmente ao debate sobre gênero e sexualidade. Sendo, também importante o diálogo com as outras áreas para amenizar qualquer conflito ou mal entendido.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

Acredito em rodas de conversas, pois torna um momento de confiança e liberdade em expressar as opiniões. Já em casos de agressão, cabe a outros órgãos lidar e resolver a problemática.

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

Acredito que não, pois se cada um respeitar o outro, não haverá conflito nem situações vexatórias.

21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

Durante o tempo que estou na direção ou quando estive em sala de aula, na coordenação também não foi registrado nenhum caso.

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

Nunca atendi caso algum.

Muito obrigado pela sua participação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^a Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: (x) Masculino () Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (x) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião: Católica
- 4) Idade: 52
- 5) Estado civil: Casado
- 6) Raça/etnia: (x) preto () pardo () branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: Matemática
 Especialização: Educação Matemática e Gestão escolar
 Mestrado: _____
 Doutorado: _____

- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
 Matemática

- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
 24 anos

- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
 3 anos

- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 () sim (x) não

12) O que você entende por sexualidade?

R: São os caracteres que define o sexo da pessoa.

13) E sobre o gênero?

R: Gênero Masculino e Feminino. Propriedade comum dos indivíduos.

14) E sobre a travestilidade, transgeneridade e a transexualidade?

R: Transição social que passa o indivíduo para viver com o sexo que ele se identifica.

15) Compreende que há acolhimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras sexualidades (LGBTQI+) na escola que gerencia? Como isso se dá?

R: Sim. Através do respeito mútuo.

16) Você entende que o assunto do gênero e das sexualidades podem ocupar o espaço do currículo escolar? Se sim, em que aspecto? Se não, porquê?

R: Sim. No aspecto do respeito e de orientações primárias.

17) Tiveram acontecimentos em sua unidade escolar em que você observou que os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades precisavam estar presentes no conteúdo escolar? Considere narrar tais acontecimentos.

R: Não

18) No seu entendimento, quais as áreas, campos de saberes e/ou disciplinas têm a responsabilidade de atuar com o debate de gênero e das sexualidades? Justifique a sua resposta.

R: Ciências. \uma vez que nesta disciplina aborda o desenvolvimento do corpo humano.

19) Você, enquanto gestor/a/e, acredita que tem responsabilidade por um currículo que dialogue com o debate de gênero e das sexualidades? Se sim, como poderia contribuir com isso? Se não, a quem adere essa responsabilidade ou o porquê não representa uma competência de gestão?

R: Não. A responsabilidade está nos órgão competentes que regem a educação escolar de nosso país.

20) Você, enquanto gestor/a/e, considera que precisa de formação para entender sobre os assuntos pertinentes ao gênero e às sexualidades? Se sim, em que aspectos? Se não, porquê?

R: Sim. Pois não é um assunto comum, em que todas as pessoas têm propriedade para abordar, neste sentido é necessária formação para abordar o assunto, no entanto o mais correto seria uma pessoa da saúde para abordar esses assuntos na escola.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



21) Houveram casos de desistências (abandono e evasão) de estudantes que foram alvos de situações de violências contra estudantes Lgbts+? Se sim, quais foram os procedimentos de gestão adotados?

R: Não

22) Há conflitos de interação entre estudantes não-Lgbts+ e estudantes Lgbts+? Se sim, o que você faz para sanar tais conflitos?

R: Não.

Muito obrigado pela sua participação.

QUESTIONÁRIO

Caros/as/es gestores/as, você foi convidado/a/e a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada, *A responsabilidade de gestores/as escolares por um currículo na perspectiva do gênero e das sexualidades em escolas da rede estadual de ensino da CRE-10, leste de Mato Grosso do Sul*, sob orientação do Prof^a Dra. Tania Zimmermann, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS - Paranaíba). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir por não continuar com a pesquisa sem que isso lhe traga ônus. Esperamos poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

I – Informações pessoais

- 1) Gênero: (x) Masculino () Feminino () Não binário
 Outro, especifique: _____
- 2) Sexualidade: (x) Heterossexual () Homossexual () Bissexual
 Outra, especifique: _____
- 3) Religião: Evangélico
- 4) Idade: 40 anos
- 5) Estado civil: casado
- 6) Raça/etnia: () preto () pardo (x) branco () amarelo () indígena

II - Profissão docente

- 7) Formação:
 Graduação: Letras/Inglês
 Especialização: Educação (UEMS) e Mídias na Educação (UFMS)
 Mestrado: _____
 Doutorado: _____
- 8) Área de lotação ou disciplina que lecionou/va?
Língua Portuguesa
- 9) Quanto tempo tem de atuação docente?
16 anos
- 10) Deste tempo de serviço, há quanto está na gestão escolar?
3 anos
- 11) Teve alguma formação específica sobre gênero ou sexualidade?
 () sim (x) não
 Se sim, quais? _____

III – Aspectos qualitativos:





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RESPONSABILIDADE DE GESTORES/AS ESCOLARES POR UM CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DO GÊNERO E DAS SEXUALIDADES EM ESCOLAS DA CRE-10, LESTE DE MATO GROSSO DO SUL

Pesquisador: FERNANDO HENRIQUE CASSIANO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 53016321.0.0000.8030

Instituição Proponente: Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.552.652

Apresentação do Projeto:

De acordo com o pesquisador, o Projeto "Este trabalho pretende analisar a responsabilidade do/da gestor/a educacional na construção curricular nos municípios de Aparecida do Taboado, Inocência, Chapadão do Sul e Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul, na rede Estadual de Ensino, sob uma perspectiva de gênero e diversidade sexual, utilizando de abordagens pós-estruturalistas com recursos teóricos e métodos pertinentes a essa linha epistemológica, a pesquisa contará com um enfoque documental (normativas estaduais) e revisão bibliográfica que se baseará em vários autores/as, além de documentos e normas governamentais "

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa descrever os seguintes objetivos:

"Problematizar concepções de gênero e de diversidades sexuais de gestores/as escolares que podem refletir na invisibilidade destes assuntos no

âmbito da proposta curricular de uma amostragem de 50% das unidades de ensino vinculadas à CRE-10, nos municípios de Aparecida do Taboado,

Cassilândia, Chapadão do Sul e Inocência.

Objetivo Secundário:

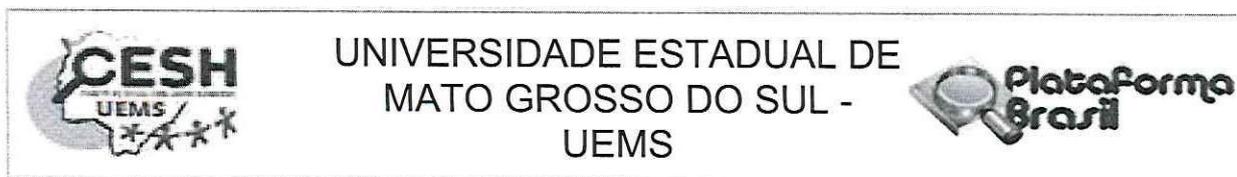
* Entender o cenário político das relações de poder em torno do gênero e da diversidade sexual na concepção de gestores/as;

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351

Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970

UF: MS **Município:** DOURADOS

Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.552.652

* Levar gestores/as escolares a refletir sobre sua responsabilidade diante da invisibilidade do debate de gênero e de diversidade sexual no currículo;

* Repensar o currículo;"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- Incluiu os Riscos e benefícios da pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Adequada e pertinente

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresentou os Termos e Autorizações obrigatórias

Recomendações:

- Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Incluiu os riscos conforme solicitação;

- Ajustou o cronograma no arquivo do Projeto Informações Básicas e no Projeto original

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do (a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

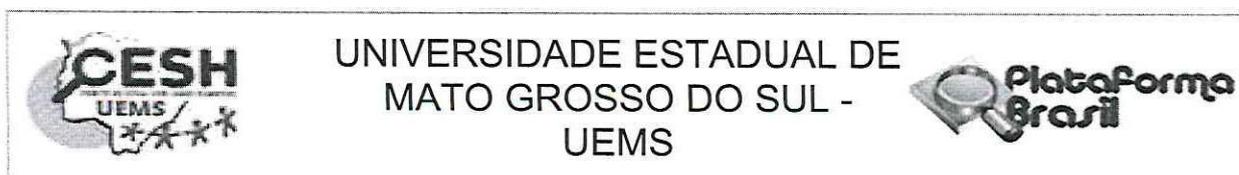
* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uem.br



Continuação do Parecer: 5.552.652

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1844444.pdf	18/07/2022 10:14:57		Aceito
Outros	Questionario.pdf	18/07/2022 10:13:40	FERNANDO HENRIQUE CASSIANO	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	pesquisautorizada.pdf	18/07/2022 10:11:16	FERNANDO HENRIQUE CASSIANO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	18/07/2022 10:05:56	FERNANDO HENRIQUE CASSIANO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	18/07/2022 10:05:22	FERNANDO HENRIQUE CASSIANO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	23/10/2021 00:07:32	FERNANDO HENRIQUE CASSIANO	Aceito

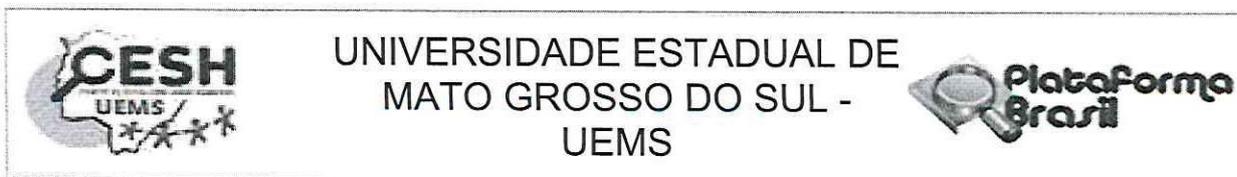
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
 Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970
 UF: MS Município: DOURADOS
 Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.552.652

DOURADOS, 29 de Julho de 2022

Assinado por:
alessandra aparecida vieira machado
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br

